



Anais da Assembléia

Nº 19

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 1983

ANO IX

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA

ATA DA 14.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 1983

(Quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Antônio Anibelli e Francisco Escorsin.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruei, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Roberto Requião, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque e Tuguio Setogutte, Rubens Bueno (45); achando-se ausentes os Srs. Deputados Werner Wanderer, Fuad Nacli, Airtton Cordeiro, Ezequias Losso, Fiori Luiz, Jorge Maia Filho, Paulo Furiatti, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira, Nelson Buffara, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo e Wilson Fortes (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM 40/83 Curitiba, 11 de março de 1983.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação do Art. 2.^o, da Lei n.^o 7.700, de 05 de janeiro de 1983, que dispõe sobre a aplicação de benefícios previstos nas Leis n.^{os} 7434/80 e 7637/82, aos policiais militares reformados ou transferidos para a reserva remunerada.

A anexa cópia autêntica da justificativa apresentada pelo Comando Geral da Polícia Militar do Estado, diz, com o devido detalhamento, sobre a necessidade, oportunidade e alto significado da proposição formulada.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.^o — O Art. 2.^o da Lei n.^o 7.700, de 05 de janeiro de

1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2.^o — A gratificação de que trata o § 1.^o do Art. 2.^o, da Lei n.^o 7434/80, será para o policial-militar inativado até 31 de dezembro de 1980, e não beneficiado com a gratificação de que trata o item 4 do Art. 13 da Lei n.^o 6417, de 03 de julho de 1973 com a redação dada pelo Art. 9.^o da Lei n.^o 7258, de 30 de novembro de 1979, na forma abaixo .

Art. 2.^o — Aplicam-se aos policiais militares da reserva remunerada e reformados beneficiados pelo Art. 4.^o da Lei n.^o 7434, de 29 de dezembro de 1980, os percentuais da Gratificação Policial Militar estabelecidos pelo Art. 1.^o da Lei n.^o 7.637, de 10 de setembro de 1982.

Art. 3.^o — Fica revogado o parágrafo único do Art. 2.^o da Lei n.^o 7700, de 05 de janeiro de 1983.

Art. 4.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

1. Os proventos de oficiais e praças da Reserva Remunerada e Reformados da Corporação apresentavam-se muito diferenciados, para o mesmo posto ou graduação referenciados ao mesmo tempo de serviço.

Essas diferenças resultavam de legislações anteriores a 1973, bem como da própria Lei 6417, de 03 de julho de 1973.

2. Em função das alterações decorrentes da Lei 7637, de 10 de setembro de 1982, os oficiais e praças da ativa (de Subtenentes a Terceiro Sargentos), tiveram uma elevação em sua remuneração.

3. A Lei 7637/82, não foi extensiva ao pessoal em inatividade, pelo que, então, este Comando propôs uma extensão de seus benefícios que deveriam manter a equivalência nos casos em que ela existia e, ao mesmo tempo, diminuiria a defasagem nos demais casos.

4. O Sr. Governador do Estado, sensibilizado pelo problema, encaminhou mensagem à Assembléia Legislativa do Estado a qual foi transformada na Lei 7700, de 05 de janeiro de 1983.

5. Entretanto, a redação do Art. 2.^o do anteprojeto apresentado, sofreu uma modificação que eliminou de seus benefícios um grande número de oficiais e praças em inatividade.

6. Assim sendo, o objetivo do estudo inicial não foi alcançado, em parte.

7. Então, tendo em vista que vários Policiais-Militares foram excluídos dos benefícios da Lei 7700, face à alteração sofrida pelo anteprojeto original, este Comando propõe novo anteprojeto de lei com vistas a restabelecer a normalidade. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Art. 126 do Regimento Interno, que seja determinada a juntada das Proposições 74/82 e 32/83, pela sua similitude e que prevaleça, na apreciação, a Proposição 32/83.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1983.

(a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, após ouvido o Plenário, que a sessão especial marcada para amanhã às 10:00 horas, seja transferida para as 15:00 horas desse mesmo dia.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1983.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Ministro das Comunicações, encapando correspondências para enfatizar a necessidade da anulação da concorrência pública para concessão de canal de radiodifusão em ondas médias para o Município de Quedas do Iguaçu - PR.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1983.

(a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Os teores das correspondências firmadas pelo Prefeito Rudí Schaedler e pelo Presidente da Câmara, Vereador Valderes Mafioleti, são cristalinos.

Sucintamente explicam que, em decorrência do caráter cultural e educativo da Rádio Municipal FM, sua manutenção é deficitária, concorrendo para aumento das despesas do já minguado cofre da Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu. Realmente, racional e econômico seria o funcionamento da emissora também em ondas médias, eis que, revestida de caráter comercial, tornar-se auto-suficiente financeiramente, eximindo a municipalidade de continuar arcando dotações orçamentárias.

Indubitavelmente, não há como se negar ter o ex-Prefeito de Quedas do Iguaçu haver pleiteada concessão de canal em o.m., para aquele Poder Público, para, em seguida, agindo de má-fé participar — como pessoa física única — da concorrência, objetivando beneficiar-se a si próprio e a parentes próximos, causando prejuízos irreparáveis à Fundação, em consequência, à municipalidade.

Reivindica-se portanto, o atendimento do requerido na súmula deste, para desfazer ato que contraria toda a comuni-

dade de Quedas do Iguaçu, com abertura de nova concorrência a fim de que possa a Fundação se habilitar na nova concorrência.

Justifica-se o pedido porque houve evidente má-fé do ex-Prefeito que se beneficiará exclusivamente da concessão comercial, em detrimento exclusivo do interesse público e impessoal da Fundação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Diretor Presidente da RADIPAR, solicitando medidas no sentido de ser instalada uma Repetidora de Televisão, no Distrito de Diamante, Município de Guaraniaçu.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1983.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, apelando no sentido de que sejam instalados Postos de Saúde nos Distritos de Diamante e Borman, no Município de Guaraniaçu.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1983.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie ofício ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando que o mesmo, de acordo com a douta Comissão de Organização Judiciária deste Estado, determine a instalação da Comarca de Catanduvas.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1983

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Catanduvas é hoje um dos mais florescentes Municípios deste Estado, possuidor que é de uma população de 18.000 habitantes, dos quais 8.000 são eleitores. Localizado em uma região privilegiada, possui 3.859 propriedades rurais, a maioria formada por minifúndios explorados com tecnologia moderna e que apresentam uma crescente produtividade de milho, arroz, feijão e trigo.

Na pecuária, há um crescente rebanho de gado bovino de leite e suínos. Com uma indústria de base em franco desenvolvimento, Catanduvas se constitui, atualmente, num dos municípios que apresenta melhores índices de arrecadação do Estado.

Ligado ao resto do País e internacionalmente por sistemas de DDD e DDI e, portanto inteiramente integrado ao surto e desenvolvimento por que passa a região, o município, no entanto, ainda não viu atendida a sua principal reivindicação, que é a presença efetiva do Poder Judiciário, através da instalação de Comarca.

Nestas condições, por ser justa e oportuna encaminhamos a solicitação para a qual contamos com o indispensável apoio dos nobres Srs. Deputados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, manifestando a solidariedade desta Casa aos reclamos do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Curitiba, contidos em documento encaminhado ao Poder Executivo, em 4 de março do corrente ano.

No mencionado documento, os servidores contratados pelo regime da CLT, e que prestam serviços na Imprensa Oficial do Estado, Gráficas do IPE, ACARPA-EMATER, Polícia Militar do Paraná e outras, solicitam adoção de medidas que visam a regularização da sua situação de trabalho, mediante aplicação das normas estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho do Setor Gráfico e outras providências cabíveis e oportuna.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja expedido ofício ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar, Dr. LUIZ CORDONI JR., no sentido de que seja estudada viabilidade de reforma do Hospital São Sebastião, na cidade de Munhoz de Mello.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido justifica-se constatado o estado precário em que se encontra o referido hospital.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Sr. Secretário dos Transportes, Deputado Deni Schwartz, apelando no sentido de que seja determinado providências urgentes para a reconstrução das pontes pertencentes ao Município de Munhoz de Mello, que se encontram em estado precário.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Tal provieência se faz necessária, pois está ocasionando sérios transtornos à população local, no escoamento das safras agrícolas da região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o duto Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário do Interior, Deputado Nilton Friedrich, urgente apelo no sentido de que seja estudada a viabilidade de reforma das Escolas Estaduais Vicente Liberato, Engenheiro José Farias Saldanha, Juvêncio Mateus Tinoco e Ângelo Lopes, todas situadas no Município de Munhoz de Mello.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido se faz necessário devido à má conservação e estado precário de funcionamento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Sr. Secretário dos Transportes, Deputado Deni Schwartz, no sentido de que sejam determinadas urgentes providências visando a construção de asfalto da BR de acesso a Munhoz de Mello, Santa Fé, Maringá e Astorga, passando pelo Distrito de Fernão Dias.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária para facilitar o escoamento das safras agrícolas da região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Dr. TEOBALDO VITÓRIO MACHADO, DD. Diretor Presidente da COHAPAR, no sentido de ser estudada a viabilidade de construção de um núcleo habitacional no Município de Munhoz de Mello.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consagração em Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações à escritora Maria Luísa B. Merkle, pelo lançamento de sua obra intitulada "CRÔNICAS E PALES-

TRAS" — Meio Ambiente, Comentários, Críticas e Alertas.

Esta publicação vem de enriquecer o cenário literário e às campanhas em prol da defesa e preservação do meio ambiente em nosso Estado.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à autora.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Cultura e Esportes, solicitando a criação de três canchas cobertas para prática esportiva na Cidade de Cianorte, nos seguintes locais: Zona Sete, Vila Operária e no centro da cidade, no local denominado de Praça Olímpica.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1983.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVAS:

Primeira:

O Município de Cianorte está localizado no Vale do Ivaí, Noroeste do Estado, e é centro polarizador dos seguintes municípios vizinhos: São Tomé, Terra Boa, Jussara, Rondon, Jussara, Rondon, Guaporema, Cidade Gaúcha, Tapira, Nova Olímpia, Tapejara e Tuneiras do Oeste.

Segunda:

No Município de Cianorte, são aproximadamente 16.000 jovens em idade escolar, até o segundo grau, e ainda mais 20.000 jovens estudantes das cidades circunvizinhas, que podem usufruir deste benefício;

Terceira:

Cidades de menores portes já possuem Ginásios de Esportes, construídos com verbas do Estado, beneficiados nos governos anteriores, sendo que Cianorte, que em outras gestões já foi sede da Micro-Região do Vale do Ivaí, ainda não possui o benefício das canchas de esportes.

Diante destas justificativas, solicitamos a construção das canchas esportivas com brevidade, o que beneficiará a juventude de toda a região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício à Secretaria dos Transportes, solicitando providências urgentes no sentido de ser efetuado o asfaltamento do trecho da BR-376, até a cidade de Tijucas do Sul, com aproximadamente 14 quilômetros de extensão.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação vem sendo objeto de justas e reiteradas manifestações, tanto das autoridades municipais, quanto da população em geral, através de suas lédimas representações comerciais, agrícolas, religiosas e dos diversos setores da vida sócio-econômicas da mencionada comuna.

O Município de Tijucas do Sul, reconhecido como a "Capital Mundial da Batata-salsa", tem se destacado pela operosidade de sua população e, pela arrecadação crescente, vem se tornando merecedor de atenção por parte da administração estadual.

Nestas condições, pela oportunidade da medida solicitada, conto com o indispensável apoio desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Deputado Deni Schwartz, D.D. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando sejam urgenciados os convênios PRÓ-SAFRA com os Municípios do Sudoeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A região sudoeste do Paraná inicia a colheita da soja nos próximos dias. As estradas municipais, devido às últimas chuvas que castigaram a região, encontram-se em estado lastimável, muitas delas sem condições de tráfego, o que, indiscutivelmente, irá trazer prejuízo aos agricultores que poderão perder o produto na lavoura, pela impossibilidade do escoamento.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, creio que não há número legal para a abertura da sessão.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

28 Srs. Deputados responderam à chamada nominal. Há "quorum" para a abertura da sessão.

Solicito ao Sr. 2.º Secretário que proceda a leitura da Ata da sessão anterior.

(É procedida a leitura da ata)

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Ervin Bonkoski, primeiro orador inscrito.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós que representamos o Município de Tijucas do Sul, município que está tão perto de Curitiba e ao mesmo tempo tão esquecido com tantos problemas e com dificuldade maior de acesso, Tijucas do Sul, como os pequenos municípios do Paraná, passa por muitas dificuldades.

O Prefeito eleito, José Antenor de Cenha, quando recebeu este município, não tinha nenhuma máquina, estava completamente sem possibilidade de dar um sentido administrativo, objetivo e concreto.

Mas, o que me traz à tribuna, é um requerimento que estamos fazendo ao Sr. Secretário dos Transportes, pedindo para que este, através do D.E.R., faça um estudo e providencie o asfaltamento da BR-376, até o Município de Tijucas do Sul.

Corresponde aproximadamente a 14 quilômetros. Tijucas do Sul é conhecido como a "Capital Mundial da Batata Salsa", também planta milho e outros cereais e o atendimento mais objetivo é para a Capital e também para São José dos Pinhais.

A exigência desse melhoramento, dessa ligação asfáltica, é um imperativo para toda a região, inclusive, Tijucas do Sul, compreendida numa malha que se processa até Agudos do Sul, Piên e, posteriormente até a BR-116, apenas 14 quilômetros que se fazem cumprir para que esta meta de escoamento da produção de toda esta região se processe com tranquilidade e rapidez.

Então, fica aqui registrado este requerimento ao Senhor Secretário dos Negócios dos Transportes, para que esta providência seja efetivada.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Ainda no Pequeno

Expediente, concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Tuguio Setogutte.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Retornamos a esta tribuna, para, neste dia, levar ao conhecimento desta Casa que ao fazermos durante esta semana o pronunciamento da possível contaminação do leite nesta Capital, e ao formularmos o convite para o Sr. Delegado Federal da Agricultura para aqui comparecer, coincidentemente a Gazeta do Povo fazia uma manchete sobre o mesmo assunto no dia seguinte.

E o Sr. Delegado Federal, hoje, através do mesmo jornal, ao comentar o assunto, responde parcialmente as nossas perguntas e preocupações, inclusive com a manchete de que leite de boa qualidade existe em Curitiba.

Agradecemos a solicitude e a presteza de suas respostas, mas fica a nos dever mesmo assim, o seu comparecimento nesta Casa, pois, pontos fundamentais ainda não esclarecidos como o item "c" se periodicamente são examinados amostras de leite que estão nas prateleiras para a venda ao público.

Foi preciso quando afirmou que os exames são feitos diariamente, mas apenas a saída das usinas.

Queremos saber se já se dirigiram às prateleiras, se recolheram o produto e mandaram fazer os exames físico-químicos e bacteriológicos e qual o seu dia e qual o laboratório responsável, pois não queremos colocar em dúvida a honestidade dos exames.

Queremos saber do seu percentual, se a porcentagem de gordura realmente é de 2 por cento o que a legislação solicita, ou se é menor, ou se é maior a quantidade de gordura, de acordo inclusive com a marca do produto, com a marca que está à venda nas prateleiras. Qual o percentual dos coliformes; qual a sua validade; se a partir apenas de dois milímetros é que são detectadas de acordo com a legislação permitida, ou se antes já se nota a sua presença, como não foi no Rio de Janeiro, onde, a partir do meio mililitro ou até de 0,45 foram constatadas, quando sabemos que o permitido, como há pouco dizia, era apenas após os dois mililitros. Se o limite de 40 mil bactérias por mililitros, que é o permitido, ou se já como dissemos, nas amostras examinadas em outros Estados, chegariam aos 75 mil, o dobro quase permitido pela legislação, que foram constatadas.

Essas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eram as razões da nossa presença para confirmarmos aquela nossa primeira proposição e o mais importante que o Sr. Delegado Regional não teve oportunidade de dizer: é o trabalho que está sendo feito, o trabalho que deverá ser feito a nível estadual; seja como eu dizia ainda na oportunidade, para melhoria do rebanho bovino-leiteiro, seja para as condições de manipulação da retirada do leite, pelo pequeno produtor, que faz a grande maioria de um milhão de litros, mais ou menos, diários, que são retirados no nosso Estado. A manipulação, como eu dizia, além da industrialização, se são realmente bastante bem protegidos, para que a população não faça uso de leite contaminado, como estamos assistindo.

A distribuição, inclusive pelo comércio, e a conscientização do consumidor, são pontos essenciais e razão grande e maior da nossa presença nesta tarde, para uma vez mais enfatizarmos a nossa preocupação e o anseio maior desta Casa, para que o Sr. delegado aqui compareça, e nos esclareça nos mínimos detalhes, ao menos para esta classe que, preocupada com a solicitação do povo, aqui comparece para pedir as justas e reclamadas aspirações.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso —Declina.

Havendo declinado, com a palavra o Sr. Deputado Tadeu França.

A Mesa, com muita honra, registra a visita neste plenário, do Dr. Delvino Tavares, Vice-Prefeito de Quatiguá.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A finalidade pela qual fazemos uso da palavra, neste instante, é para fazer um apelo aos nossos colegas Deputados.

Nós pretendemos entregar de imediato aos Srs.

Deputados, este impresso, em que estamos procurando coletar subsídios para a elaboração do Plano de Atividade da CPI da Falência dos Pequenos Municípios do Paraná.

Por esta razão, Srs. Deputados, eu gostaria de pedir aos meus companheiros do PMDB, aos do PDS, que nos dessem as respostas, com a máxima urgência possível, porque nós queremos fazer com que a CPI do empobrecimento dos pequenos municípios, principalmente, venha a ser um trabalho desta Casa toda, venha a ser, principalmente, um ponto de encontro das mais diferentes regiões do Paraná.

É por isso que nós dividimos essa contribuição, que estamos pedindo em três aspectos: o aspecto situacional, em que pretendemos levantar informes, e pedimos aos Srs. Deputados que nos respondam nesta folha: “a sua região, quais são os municípios que vivem mais de perto o drama do empobrecimento progressivo?”

Estamos pedindo a primeira parte também: que os Srs. Deputados apresentem as principais suspeitas de incorreções ou desmandos administrativos, até primeiro de fevereiro de 83. Os Prefeitos que devem ser ouvidos pela CPI, outras pessoas, as causas do esvaziamento municipalista, focalizando-se a situação fundiária e as principais culturas dos municípios.

Estamos pretendendo realizar considerações sobre a Lei Tributária, informe junto à Secretaria de Finanças, sobre os percentuais de fato, que os pequenos municípios têm recebido em termos de ICM, análise do IPPU, e do SPM, na solução dos problemas dos municípios.

Outros suportes federais, tributaristas, na sua opinião, devemos ouvir através da CPI. Numa outra dimensão, estamos chamando um tema de aspecto programático emergencial, abrangendo aqueles problemas, cujas soluções não podem ser adiadas, por exemplo, indagações aos Deputados sobre o assunto “Procurações” versus “Bloqueio Administrativo”.

Os municípios onde mais de perto existem esses problemas, onde os Prefeitos estão manietados em termos administrativos, porque o excesso de procurações comprometeu o ICM do atual mandato.

O problema das notas calçadas, o comércio de notas fiscais, como já tem sido amplamente propalado por certos órgãos de imprensa, estamos indagando sobre a questão do “leasing” e asfixia dos pequenos municípios do Paraná. Queremos saber a sua opinião, sobre uma saída onde este quadro emergencial que se nos afigura. Estamos perguntando ainda a Reforma Agrária ou a bandeira.

Para o Sr. Deputado, é possível iniciá-las no Paraná? E se for possível, por onde é que o Paraná deveria começar a sua Reforma Agrária?

Queremos deixar bem claro que a nossa proposta de CPI não vai de caráter revanchista. Não pretendemos de forma alguma, transformar esses prefeitos, sejam eles quais forem, em titulares de bancos de réus, mas as denúncias comprovadas que eventualmente vierem. É o pensamento da CPI, encaminhá-las ao Ministério Público para as medidas judiciais cabíveis. Mas, esse aspecto não é o mais importante, queremos deixar bem claro, o mais importante é a análise, é o estudo, é colocar em primeiro plano, a problemática em que estão os dramas dos municípios do Paraná.

Pretendemos que os Srs. Deputados nos digam que sociólogos ou que os economistas, deveríamos convidar também

para que, juntamente com a luz, com ângulo científico, pudéssemos adotar, debater em plenário, e discutir as questões municipalistas propriamente ditas.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Mesa informa ao nobre Deputado que está encerrado o seu horário.

O SR. TADEU FRANÇA — Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — E se o Deputado desejar, transcreverá o restante do seu pronunciamento.

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ferrari Júnior, inscrito.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No início desta legislatura, o ilustre Deputado Luiz Gabriel Sampaio, nosso companheiro de Maringá, apresentou nesta Casa um requerimento, chamando a atenção do Governo do Estado do Paraná quanto ao estado lastimável e vergonhoso da Rodovia do Café, em alguns trechos, no setor de Maringá até a cidade de Curitiba.

E temos recebido, constantemente, reclamações de usuários desse trecho. As famílias, os trabalhadores, os viajantes que fazem uso, com seus carros particulares ou de ônibus, ou os caminhoneiros que estão com medo de trafegar sobre a Rodovia do Café. Está uma verdadeira vergonha. Não há acostamento em alguns trechos, o mato tomando conta, pista completamente esburacada, é um perigo constante. Vidas humanas foram ceifadas nessa estrada, e não temos dúvida nenhuma de que outras vidas humanas poderão ser ceifadas também, se providências urgentes não forem tomadas.

Estaremos apresentando um novo requerimento, com a licença inclusive do ilustre Deputado Gabriel Sampaio, com quem falamos há pouco, para reforçar o pedido que ele trouxe a esta Casa, e esperar, evidentemente, uma ação enérgica e imediata por parte do Sr. Secretário dos Transportes, porque este trecho está uma vergonha.

Gostaria também, Sr. Presidente Nestor Baptista, de chamar a atenção de Vossa Excelência, que preside este trabalho. Quando da posse do Sr. Governador e Vice-Governador, inúmeras emissoras de rádio estiveram neste recinto, transmitindo para todo o Estado do Paraná, as solenidades de posse e, lamentavelmente, o atendimento prestado aos profissionais de rádio — e Vossa Excelência é de rádio, como nós — foi de fazer dó.

Antes da solenidade propriamente dita, os radialistas trabalharam, entrevistaram, fizeram seu trabalho; quando dos discursos, talvez a parte mais importante, ficou uma situação horrível; os homens de rádio não podiam se aproximar da mesa para colher o som de quem estava fazendo uso da palavra, mesmo porque não há condições, os próprios homens de televisão, que buscavam, além da imagem, o som, também encontraram dificuldades.

Então, gostaríamos, em atendendo solicitações feitas pela classe, de sugerir à Mesa — e não cabe aqui, nobre Presidente, crítica ao que se passou, à Mesa Executiva; afinal foi a primeira vez que nós tivemos, e pelo menos este Deputado acompanhou nesta Casa — mas que se instale, Sr. Presidente, que se determine a instalação, quando dessas solenidades, de caixas acústicas em um determinado local, para que profissionais de rádio e televisão possam cumprir com o seu trabalho, efetivamente.

Emissoras de rádio de inúmeras cidades da região, trouxeram este problema e reclamaram a este Deputado, talvez em função de ser esta também a nossa profissão, e nós gostaríamos que fato dessa natureza não se repetissem nesta Casa; que fossem dadas condições, realmente, de trabalho, a estes

profissionais quando eles aqui estiverem transmitindo solenidades inúmeras que, por certo, acontecerão.

E finalizando, Sr. Presidente, em apenas um minuto, sobre a Rodovia do Café. Apresentaremos nas próximas horas um requerimento muito mais de apoio ao já proposto pelo Deputado Gabriel Sampaio, e pediremos energéticas providências ao Governo do Estado do Paraná, porque até agora, nenhuma resposta surgiu, e há ameaça incrível, nesta rodovia, é um verdadeiro corredor da morte a assustar aqueles que fazem uso dessa mesma estrada, quer trabalhando, quer em viagem de lazer.

Que o Governo do Estado do Paraná, que o Governo do Sr. José Richa, imediatamente tome uma providência, para que a Rodoviado Café possa ser adequada para o seu fim, para que o fantasma da morte seja banido definitivamente dessa rodovia que, repito, é um verdadeiro corredor da morte e uma vergonha para o Estado do Paraná.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, neste plenário, do Sr. Prefeito de Cambira, Florindo Piccoli, bem como do Sr. Vereador Enivaldo Sapattini.

Concedo a palavra, ainda no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Caíto Quintana, inscrito.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estaremos encaminhando, após este pronunciamento, à Mesa, um requerimento ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, solicitando a agilização nos convênios Pró-Safras com os Municípios do Paraná, do Sudoeste do Paraná.

Faremos isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque, retornando neste final de semana, do sudoeste paranaense, percebemos a grandeza daquela região que representa muito, nos quase 30 por cento dos grãos que o Paraná contribui para a exportação nacional.

Voltamos uma vez mais, orgulhosos do trabalho da nossa gente, na produção agrícola daquela região do Estado, mas, voltamos preocupados com o problema das estradas dos municípios do sudoeste, problemas violentos, a serem analisados, inclusive muitos, com problemas de prefeitos que, perdendo as eleições, em represália aos trabalhadores do interior, menos preocupados com a produção e com o crescimento dos seus municípios, e mais preocupados em castigar aqueles que, livremente, escolheram um partido político, encostaram as suas máquinas, não usaram o tempo necessário para cuidar das suas estradas, das estradas do município, e agora, a situação agravada com as fortes chuvas que caíram no Sudoeste do Paraná, vemos alguns produtores já colhendo, outros tantos preparando-se para a colheita. Vemos a soja, talvez o produto agrícola mais importante da exportação brasileira, em proximidade de colheita, e as estradas não oferecendo condições de escoamento dessa produção.

Fala-se muito nesta Casa, e no Paraná, em estradas asfaltadas, mas muitas e muitas vezes esquecemos que a produção tem de sair dos sítios do interior, até ganhar o transporte nas estradas asfaltadas do nosso querido Estado, e essas estradas do interior encontram-se em situação calamitosa.

Conversando com agricultores, vimos que muitos deles contrataram colheitadeiras e estas não conseguiram chegar às suas lavouras, pela impossibilidade de tráfego nas estradas municipais. Urge, portanto, que venhamos a tomar uma posição, e requerer ao Sr. Secretário dos Transportes, que, esquecendo mesmo o castigo tentado por aqueles que perderam o Governo, por aqueles que perderam as prefeituras, lembrarmos-nos que nós, como paranaenses de qualquer partido, não podemos perder

a safra que se avizinha. E para isto, estamos encaminhando ao Deputado, hoje Secretário dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, um pedido para que acelere o máximo possível, os convênios de Pró-Safra com os municípios do Sudoeste do Paraná que, endividados, não têm sequer condições de colocar as máquinas em funcionamento, para que nós, num esforço conjunto, Estado e Município, possamos suprir as grandes dificuldades que atravessam os Poderes Públicos Municipais e o Poder Público Estadual, e não permitirmos que, por falta de condições de estradas no interior, venhamos a perder a safra de soja, talvez a única oportunidade que a agricultura tenha, neste momento, para sair da difícil situação econômica em que se encontra.

Peço desta tribuna, encarecidamente, aos Deputados do PDS e do PMDB, que questionem junto aos prefeitos dos municípios que representam, um alerta para que as máquinas da prefeitura procurem melhorar o quanto antes possível as estradas municipais, para que, desta forma, não venhamos a correr o risco de perder essa produção de safra, tão importante para o Paraná e para os municípios, devido o grande atrapalho, e grande dificuldade e o estado calamitoso em que se encontram estas estradas municipais.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Mesa recebe a visita, neste plenário, do Prefeito de Contenda, Sr. Ademar Sicuro, bem como do Líder da Vila Nossa Senhora da Luz, Sr. Roberto Guilherme.

Encerrada a Hora do Pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente.

Com a palavra, o Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos ouvindo atentamente a vontade do ilustre Deputado que no Pequeno Expediente fez alusão aos Prefeitos que saíram e à CPI, Sr. Presidente, que nós queríamos que esta Assembléia acatasse o eminente Deputado e a sua teoria de que os patrulheiros do Paraná, os "Chip's", os patrulheiros que patrulham, que vejam se existe algo contra os Prefeitos que entregaram as suas Pastas.

Quantos e quantos homens honestos, Sr. Presidente, quantas e quantas famílias não estão sob suspeita, porque um Deputado vem a esta tribuna, tribuna livre, a bancar o patrulheiro, o que a ilustre bancada do PMDB censurava. Srs. Deputados, isto é uma anomalia. Não quero discordar do ilustre Deputado, que razão ele tem, mas razão também temos nós, que nunca fomos patrulheiros.

No episódio de Umuarama, onde o ilustre Prefeito tem o seu filho como candidato a Deputado pelo PMDB, nós nunca patrulhamos, porque a consciência, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está em nosso íntimo, e na responsabilidade dos sucessores do Prefeito do PDS. Não há necessidade, Sr. Presidente, que venha um Deputado e que temos o maior respeito, a querer tutelar todos os Prefeitos do PMDB e do PDS, para pedir uma CPI.

E como dizia o velho Ruy, não temos medo, Senhor Presidente, porque "covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta".

A alternância do Poder, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e imprensa do meu Paraná, é uma seqüência de um País democrático, democrático. Dos países onde reina a democracia, onde têm a abertura que o grande Presidente Figueiredo está dando ao Brasil. E não há necessidade, Sr. Presidente, de cantarmos como a "galinha quando põe o ovo". Vamos fazer a CPI, vamos marginalizar os Prefeitos que sucederam, porque assim é a vontade dos patrulheiros da Oposição, hoje Situação. Os homens que não fazem outra coisa, senão patrulhar, patrulhar e patrulhar.

Os homens que nos vêem como inimigos, que não querem conviver fraternalmente com o Brasil, que está emergindo numa crise financeira.

Os homens que só querem ver o País no caos.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Agradeço e até lamento ter que interromper Vossa Excelência, que está se ocupando de um assunto muito importante e até momentoso, nesta Casa. Porque, neste instante, acabo de receber das mãos honradas e ilustres do nobre Deputado Tadeu França, um folheto com diversos itens, onde tem o título: "Subsídio para elaboração do plano de atividades da CPI da falência municipalista".

Li rapidamente, não me detive ainda numa análise das propostas do nobre Deputado. Por certo, todas excelentes, porque é um Deputado culto, um Deputado que já mostrou que veio a esta Casa, um Deputado que realmente honra, não só o Poder Legislativo do Paraná, mas a sua própria bancada, que deve estar orgulhosa de contar em seu seio, com um jovem de idéias tão brilhantes. Então, não tive tempo de analisar todos os itens dessa proposta do nobre Deputado.

Mas, a primeira, Sr. Deputado, a primeira pergunta, a primeira solicitação de informação aqui do nobre Deputado Tadeu França, já peca pela base. O que pretende o nobre Deputado, transformar esta Casa num inquérito policial militar, que está condenado no passado? Ou quer uma CPI que aponte as causas do empobrecimento dos municípios, não só paranaenses, mas brasileiros.

É evidente que todos nós, e esta é uma luta de todos os Srs. Deputados, há muitos anos, e estão aí os Anais da Casa para comprovar, não só do PDS como do PMDB, todos vêm, efetivamente, lutando para que os municípios sejam melhor aquinhoados, para que se inverta a pirâmide de arrecadação de impostos, hoje, neste País. Onde a União leva tudo, o Estado pouco, e os municípios quase nada. Sendo que a esses compete prover os seus municípios das suas necessidades mais prementes e mais momentâneas.

Então, todos nós estamos preocupados em todo o País. Agora, nossa preocupação é uma preocupação sadia. Eu não fui eleito para esmiuçar a vida de ninguém, saber se o Prefeito empregou bem ou não os recursos que recebeu. Isto é função de um órgão auxiliar desta Casa, do Tribunal de Contas do Estado e, posteriormente, do Poder Judiciário, começando na Câmara de Vereadores de cada município que tem o dever, a obrigação moral de analisar a administração anterior, analisar as suas contas, o bom ou o mal emprego de verbas. Isso não é trabalho de Deputado, absolutamente.

Eu discordo disto, as principais suspeitas de incorreções administrativas ou desmandos administrativos até primeiro de fevereiro, de 1983. Quer dizer que do dia 02 de fevereiro para cá, pode botar a mão que é válido.

É absurdo, estamos nos transformando aqui em delatores e não é a função do legislador. A função do legislador é encontrar meios dentro da lei, da Constituição, para prover os municípios dos recursos indispensáveis a que os Srs. Prefeitos possam dar cumprimento cabal no desempenho do seu mandato.

Jamais nos transformamos em delatores. Isto fica bem no passado, durante a vigência do AI 5. Mas, hoje não. Hoje a democracia é plena neste País. Não podemos nos transformar aqui em censores da vida alheia. Não podemos nos imiscuir na economia doméstica de um município que tem autonomia administrativa. Tem Câmara Municipal para verificar esses deslizos que porventura tenham havido. Não estou aqui defendendo corruptos. Mas não quero, também, jogar na mesma vaia, prefeitos honestos, decentes. E não quero prestar-me a este papel de delator. Jamais pertenceria ao IPM, na minha vida, porque sempre combati, até na Presidência deste Poder, combati quando se pretendeu instaurar um IPM nesta Casa, e

se encontrou resistência da Presidência, na época. Vossa Excelência é testemunha disto. No primeiro dia em que fui aliado da Presidência, no dia seguinte instaurou-se nesta Casa um IPM. Mas, enquanto fui Presidente, não permiti que fosse conspurcado o Poder Legislativo.

Não vou prestar-me a este papel, perdoe-me o nobre Deputado Tadeu França. Reconheço neste moço, as melhores intenções, cultura suficiente, traquejo, tarimba, acho até que ele está realmente — por uma questão de filosofia própria — realmente preocupado com incorreções, com atos menos dignos de administrações municipais. Acho que ele está com direito pessoal de combater, da sua tribuna, mas jamais pretender que o Deputado venha aqui fazer um papel de delator. Isso eu não farei, jamais.

O SR. GABRIEL MANOEL — Deputado Erondy Silvério, Agradeço a Vossa Excelência. Sempre tive Vossa Excelência como meu líder, que nos orientou . . .

O Sr. Tadeu França — Permite-me um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Apenas para complementar o meu raciocínio, concederei.

Analisando o passado, analisando Cristo que está aqui nos protegendo, que dizia para Maria Madalena "quem está isento de culpa que jogue a primeira pedra". Quem estiver isento de culpa que jogue a primeira pedra, Deputado Erondy Silvério.

Nós, como cristãos, não pretendemos e não vamos admitir que os nomes de prefeitos honestos sejam enlameados, em nome de uma ditadura que era combatida pela Oposição. Em nome de uma maioria que hoje se aproveita da efemeridade do tempo, para que isto aconteça.

Será possível, Deputado Erondy Silvério, bancadas da Assembléia Legislativa, que vamos patrulhar, vamos pegar uma motocicleta e vamos ser os "Chip's" patrulheiros? Vamos fazer a "patrulha da madrugada"? Vamos atacar com a sanha dos homens que não têm coração, dos homens que deveriam dizer a seus prefeitos que sucederam os nossos prefeitos, que verifiquem os homens que estão procurando desmoralizar o Tribunal de Contas, os homens que estão procurando, Deputado Erondy Silvério, para falência dos próprios prefeitos que ora assumiram no lugar dos Prefeitos do PDS. Estão chamando de incompetentes estes prefeitos que hoje assumiram. Deviam estar envergonhados, porque é necessário que um Deputado, que uma Assembléia, vá retaihar os municípios. É necessário que, na euforia e na sanha de vingança, que lutam contra a lei de Segurança nacional, que protestam como nós protestamos, com a prisão de um jornalista; é a sanha, é a vindita, Deputado Erondy Silvério. Mas nós haveremos de estar aqui, não inertes mas sempre alertas para defendermos os homens de boa vontade do Paraná.

Não esmoreceremos e haveremos de dizer, como já disse, quem estiver isento de culpa que lance a primeira pedra; se viermos aqui hoje, Deputado Erondy Silvério, Presidente da nossa Casa, e pedirmos uma CPI para a Assembléia Legislativa; será que escapará algum de nós? Será que escaparemos, se formos admitir — na sanha ninguém escapa, Srs. Deputados;

escapamos na sanha da lealdade, da teoria, onde se diz que "daí a César o que é de César", Sr. Deputado; na sanha onde se procura patrulhar tudo; na sanha onde se patrulha o próprio Governador do Estado; na sanha, se José Richa nomeia uma pessoa que não fez parte da sua grei, está patrulhado. Coitado do Paraná, Deputado Erondy Silvério; coitado do Paraná se a mentalidade desse jovem que aqui vem, não modificar; ao invés, Deputado Erondy Silvério, de unirmos para trabalharmos juntos com o Governador eleito pelo povo, nós estamos aqui nos degladiando; estamos aqui para rebater talvez patrulhamento ideológico.

Eles nos chamavam de ditadores; nos diziam que nós estávamos agindo com a Lei de Segurança, que foi contra a

idéia de Vossa Excelência e contra a idéia de nossa bancada, Sr. Deputado; e hoje eles vêm aqui querer patrulhar o povo; querer desmoralizar os seus próprios prefeitos; e haveremos, enquanto tiver uma voz, um Deputado do interior, talvez nem com curso primário completo, havierei de discutir, de dizer a esses moços, com raras exceções, que cessem, como dizia Camões: "Cessar tudo quanto a antiga Musa canta, eis que outro valor mais alto se alevanta."

O Sr. Tadeu França — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, gostaríamos de responder às observações feitas pelo Deputado Erondy Silvério; mas antes disso, espontaneamente, um funcionário da Casa dizia que no ano passado, o Deputado Gabriel Manoel fez dois pronunciamentos, condenando a corrupção do Prefeito de Carlópolis; acusando-o de desvio de cimento do Estado, com a cobertura do então Diretor do DER, Euler Merlin.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência permita que eu tome a palavra, novamente?

Fiz a denúncia, Sr. Deputado, mas não convoquei uma CPI; fiz apenas uma denúncia para que a Câmara Municipal de Carlópolis tomasse conhecimento, e para que o povo do Paraná, também. Não fui ao fundo do poço, não fui maltratar um pai de família; fiz a denúncia politicamente, Deputado Tadeu França, porque neste coração tem um espírito cristão, se Vossa Excelência não tem.

O SR. Tadeu França — Continuando no aparte, Sr. Deputado, queria só dizer, se Vossa Excelência fez uma denúncia, não vejo porque condenar uma CPI, onde ainda não existe sequer uma denúncia...

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Deputado, eu não condeno.

Condeno a forma, a demagogia com que Vossa Excelência vem aqui para aplicar, para atemorizar, para deixar a família paranista e paranaense atemorizada, fazendo desta Assembléia, uma Delegacia de Polícia; fazendo desta Assembléia que é a Casa do Povo, uma casa de patrulheiros. Só falta para Vossa Excelência uma motocicleta e haveremos de chamá-lo "Chips, o Patrulheiro".

O Sr. Tadeu França — Eu não vejo por que temer de Vossa Excelência, Senhor Deputado.

O Deputado Fiori Luiz ainda há pouco, dizia-me: "— Tadeu, quem não deve, não teme". Mas, quero fazer considerações, sobre as afirmativas do Deputado Erondy Silvério: — Primeiro, não estamos de forma alguma afirmando que os Prefeitos que tomaram posse recentemente, são santos, de forma alguma; nós não temos esta preocupação embora o PDS, através de alguns Deputados, estejam insistindo em dizer que nós estamos condenando...

(Discursos paralelos do orador e aparteante, não audível)

Ou Vossa Excelência, Deputado Gabriel Manoel, concede ou não concede o aparte? Se Vossa Excelência o concede, nós temos o direito de afirmar e de discordar de Vossa Excelência. Porque dessa forma não adianta.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está com a palavra o Deputado Gabriel Manoel, que ocupa a tribuna.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência, Deputado Tadeu França, fere os princípios democráticos; Vossa Excelência, Deputado Tadeu França...

OSR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa informa à Bancada do PMDB, que está com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel, que dará o aparte desde que assim ele o queira. E solicita que seja mantida a ordem.

O SR. GABRIEL MANOEL — Eu queria que Vossa Excelência me permitisse descontar este tempo que nós estamos dialogando.

Vossa Excelência fere, Deputado Tadeu França, um Deputado ilustre, um Prefeito ilustre de Andirá que hoje faz parte e faz assento em sua bancada, que ajudou o Governador

José Richa a vir ao Palácio Iguaçu; ajudou Vossa Excelência que está sentado nesta tribuna. Vossa Excelência não podia generalizar, porque teria que dar nome aos bois. Vossa Excelência fere um deputado dos mais dignos, dos mais sérios e honestos que pertenceu ao nosso partido com muita honra para nós. Vossa Excelência fala dos prefeitos foram da nossa grei. Vossa Excelência esquece que tem um homem do gabarito de Hermas Brandão, que também, foi Prefeito de Andirá, que graças a Deus e para euforia e alegria nossa seu mandato foi cumprido com honestidade como os demais Prefeitos da nossa região e do nosso Partido.

O Sr. Caíto Quintana — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Procuraria exemplificar o meu ponto de vista, e gostaria que o nobre Deputado me permitisse complementar o raciocínio.

Acho estranho, Sr. Deputado, que o Deputado Erondy Silvério quando pegou isso aqui na mão, preocupou-se exclusivamente, em ler o primeiro item, principais suspeitas de incorreção administrativa.

Não leu nada mais para a frente que tudo isso aqui é na defesa dos interesses dos municípios, vendo, inclusive, em profundidade, o problema da situação dos municípios do Paraná, servindo como respaldo constante, sem que se possa pleitear uma reforma tributária levantando a situação do Estado do Paraná.

Ora, Sr. Deputado, o primeiro item que fala em incorreção administrativa, não me parece que seja justo quando se fala tanto e a Bancada do PDS, também fala isso. Permita-me o seguinte:

Acho que é chegado a hora nesse momento de redemocratização da vida nacional, que venhamos colocar o poder público no seu devido lugar, porque, infelizmente, durante muito tempo verbas e mais verbas, desmandos e mais desmandos foram feitos por muitos prefeitos. Não só pelo PDS, mas, também pelo PMDB. Mas, é importante que o povo que mora nessas comunas, que contribui com seu imposto, que sofre no interior e que vê desmandos e desvios de verbas como eu acusei da tribuna e estava presente o Líder do PDS que representou aquele município até o ano passado. Produtos, peças que foram compradas com requisição numa firma com notas fornecidas pela outra. Dinheiro que que foi desvirtuado do poder público para aplicação, e eu tenho fotografias e vi no jornal, fotografias de prefeitos que usaram o dinheiro público para o bem particular.

Não me parece, nobre Deputado, que seja justo que essa comunidade não possa saber que esses prefeitos que puseram a mão no dinheiro público, somos nós que vamos moralizar.

Moralizar até mesmo onde tem prefeitos do PMDB e essa CPI vai mostrar para eles que eles terão que ter mais dignidade e não fazer aquilo que no passado outros fizeram.

E nisso está incluído o nome do Senhor Tadeu França que há pouco tempo, agora mesmo, o Senhor falou que foi Prefeito.

Veja bem, aqui a idoneidade desse jovem, Hermas Brandão até o dia 19 de fevereiro, inclusive, nas administrações dele...

(Apartes paralelos)

O SR. GABRIEL MANOEL — Não quero que Vossa Excelência falte com o respeito.

Sr. Presidente, eu nem sabia que o ilustre Deputado Tadeu França, teria sido Prefeito. O meu respeito por ele é que o estou defendendo.

O Sr. Erondy Silvério Vossa Excelência permite um rápido aparte, por favor.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pode falar, Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Eu fui chamado à discussão, pelo nobre Deputado Caíto Quintana. Não tem nada que estranhar nobre Deputado, ou então Vossa Excelência teve um momento de bloqueio mental, quando eu falei. Vossa Excelência sabe que eu disse, que não havia analisado os outros itens, apenas o pri-

meio havia causado-me estranheza. Então não é de estranhar.

Eu estou com o aparte, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Zaptista) — E continua com o aparte.

O Sr. Erondy Silvério — Acho estranho ter sido chamado à discussão quando é Vossa Excelência que está na tribuna. E o nobre Deputado lê muito bem o Regimento Interno da Casa, para não cometer gafes desta natureza.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vou responder ao Deputado Caíto Quintana, porque Vossa Excelência diz que nós precisamos ver as bandalheiras que houveram no Estado. Vossa Excelência diz que o Estado foi uma debilidade, foi uma barbaridade. Agora, queria apenas que Vossa Excelência respeitasse a Câmara de Vereadores, respeitasse o Tribunal de Contas, respeitasse os Prefeitos que sucederam na sua maioria os Prefeitos do PDS, e com carinho, com dedicação Vossas Excelências formassem uma Comissão de Inquérito, apesar que não é competência da Assembleia Legislativa.

Que um poder não tem vigência sobre o outro. Vossa Excelência não tem competência; veja o que nos compete. Vossa Excelência ainda é jovem, e vem nesta euforia ser o “Salvador do Mundo”, como aconteceu com o seu companheiro, hoje, Haroldo Leon Peres.

Vossa Excelência veja que os fatos estão aí, veja também, que há de haver conveniência para o Paraná, da união, das forças que querem a honestidade paranaense.

O Sr. Deputado Gabriel Sampaio — Não sei se terei tempo

Deputado Gabriel Manoel, para cumprimentá-lo e dizer o seguinte: o que tem causado irritação, na tarde de hoje, e temos o exemplo da Bancada do PMDB, a Bancada Situacionista, a Bancada Governista nesta Casa, é que eles não disseram a que vieram ainda, Deputado, neste governo. Reunem-se os Secretários de Estado do Paraná, com o seu Governador, que após, dizem eles, dezoito ou vinte anos de lutas, para conquistar o poder, se reúnem pela primeira vez, quatro meses após as eleições, e vão decidir, Sr. Deputado Gabriel Manoel, a retirada de quadro, a não pintura de placa, o controle de carros oficiais. Não disseram ao povo do Paraná, a que vieram. Estão perdidos, Sr. Deputado, e eu, como paranaense, lamento profundamente, isso. Estão à caça de bruxas, todos estão caçando bruxas.

Estão tentando através de CPIs ou o que o valha, nos famosos patrulheiros que Vossa Excelência denunciou na tribuna, caçar bruxas, não têm programa administrativo, não têm como cumprir as promessas eleitorais, mentiram ao povo do Paraná, e irão ter que justificar, pelos próximos quatro anos. É esta a grande verdade, Sr. Deputado, Gabriel Manoel. Vossa Excelência causa nesta Casa, hoje um incômodo, aquele incômodo das pessoas que nada disseram ainda, pelos votos que receberam, do coitado, sofrido e crente povo paranaense.

Muito obrigado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Deputado, Gabriel Sampaio, eu admirei sempre Vossa Excelência, e hoje eu mais o admiro, junto com o meu Líder Erondy Silvério, junto com o meu Líder que está aqui, esse nordestino, que é meu amigo Tércio Albuquerque, nós esperamos.

Dizia um adágio chinês: “Os ratos dos navios — não comparando o PMDB — quando não têm quem patrulhar, quando não têm quem incomodar, incomodam os seus próprios companheiros”.

E é isto que acontecendo, Sr. Deputado Gabriel Sampaio, e é isto que acontecendo na patrulha da madrugada está com os homens que vieram, talvez, para salvar, os falsos Messias. Nessas teses messiânicas, com seus falsos messianismos, vieram para atacar, para agredir e vieram para sobreviver, mesmo que seja pisando em seus próprios companheiros. Porque nós pedimos clemência a Deus e não vamos nos curvar aos homens que querem tripudiar sobre a derrota de um partido que é altaneiro, do meu Partido, o Partido que lutou sempre junto com Vossas Ex-

celências, nesta Assembleia, no Paraná, junto com Ney Braga, junto com Saul Raiz, junto com essa plêiade de homens...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que está terminado o horário do nobre Deputado que está na tribuna. Consulto a Liderança do PDS...

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — O Deputado Gabriel Manoel tem mais um minuto para concluir.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência concede mais um minuto ao Deputado que está na tribuna.

O SR. GABRIEL MANOEL — Esta plêiade de homens que trabalhou para o Paraná, e a história há de contar que todos os algozes foram justificados, e a justiça Divina, como comecei no meu discurso, é de Jesus Cristo. Quem estiver isento de culpa, que atire a primeira pedra.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — A Mesa consulta a Liderança do PDS se fará uso dos restantes vinte e nove minutos.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Quatorze minutos serão destinados ao Sr. Deputado Edgar Pimentel; e os restantes quinze minutos, ao Sr. Deputado Odeni Mongruel.

O SR. PRESIDENTE — Antes de conceder a palavra ao Sr. Deputado Edgar Pimentel, a Mesa registra a presença do Sr. Arlindo Mazzoni, Prefeito de Japurá, bem como, visitando a Assembleia Legislativa, a Comissão Mista, PTB-PDT, pró-comemorações do Centenário do Presidente Getúlio Vargas a 19 de abril. Estão aqui o ex-Deputado Presidente desta Casa, Dr. Júlio Rocha Xavier, Prof. Cleto Talamine, Velocino Fernandes e Mathias Júnior.

O SR. EDGAR PIMENTEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo esta tribuna para fazer um enfoque colhido das minhas caminhadas pelo interior, onde, constantemente, estamos em contato com o homem do campo, com o lavrador, com aqueles homens que nós procuraremos, no exercício de nosso mandato, representar os seus interesses maiores nesta Casa, junto com outros Deputados, companheiros que, como nós, estão identificados com a problemática que envolve o trabalho, toda a ocupação daqueles que constroem efetivamente a riqueza do nosso Estado e de nosso País, no amanhã à terra.

Nessas minhas caminhadas, tenho ouvido inúmeras reivindicações da operosa classe agropecuarista. E, dentre as inúmeras reivindicações justas, colho o ensejo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazer alguns comentários a respeito da suinocultura que, a meu ver, foi, ao longo dos anos, o fator primordial da fixação do homem ao campo, muito especialmente na região Oeste e Sudoeste do nosso Estado.

A suinocultura paranaense e brasileira, tem enfrentado, historicamente, crises cíclicas. Em 1974, por exemplo, foi um período animador para a suinocultura paranaense. Havia, naquela época, uma compensação para aqueles que executavam projetos na área da suinocultura; naquela época, em 1974, o Paraná dispunha de um plantel de 6,5 a 6,6 milhões de cabeças, e a atividade representava uma remuneração satisfatória ao trabalho exercido pelos criadores; em 1976, animados pelos preços verificados nos anos anteriores, o plantel de suínos cresceu e atingiu a mais de 6.000.000 de cabeças; diante da oferta, sobrevinha a crise em função direta do excesso de oferta; diminuiu-se o rebanho em 1977, no ano de 78, ainda diminuiu mais, em função especificamente, da tão conhecida e porque não dizer, (entre aspas) conhecida “peste suína africana”; em 1979, com o consumo ainda prejudicado pelos efeitos da peste, assistimos à liberação desordenada de financiamentos, contribuindo para ampliar a oferta e arrastando a atividade do suinocultor; há uma crise nos anos de 1980 e 81; após um trabalho conjunto das lideranças das classes políticas, em 1982 — segundo nos relatam homens ligados à Associação Paranaense de Suinocultores — veio novamente, no ano passado, novas perspectivas, novas esperanças para a rentabilidade daqueles que criam o suíno; numa análise histórica, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta análise nos leva a temer a repetição dos fatos passados e a aproximação de um período crítico novamente, de, conseqüências ainda mais graves, face à atual conjuntura.

ra econômica nacional!

Apesar de cíclicas e perfeitamente preveníveis, essas crises, no entanto, não têm sensibilizado o Governo, até hoje não se estabeleceu uma política definida para o setor suinícola, e nós falamos, com pleno conhecimento de causa porque, há mais de vinte anos, sempre trabalhando ao lado do agricultor, de um modo especial na região Oeste, nós estivemos, sempre, no acompanhamento, com esses homens, verificando a instabilidade que sempre gerou desestímulo àqueles que praticam, que desenvolvem a suinocultura. As únicas medidas têm se restringido — medidas favoráveis, a bem da verdade — à liberação esporádica e muitas vezes nociva e porque não dizer, desordenada, sem critérios ajuizados, de, recursos à criação, e a um preço mínimo que não atende as mínimas necessidades do criador, ineficaz e impossível de levar a suinocultura, ao seu patamar, que dê, ao criador, uma sustentação viável.

Ante tal situação, e temendo a repetição de episódios como nos anos 70, milhares de pequenos e tradicionais criadores têm-nos pedido que, desta tribuna sensibilizemos a classe política, para que ela se volte para esta atividade pastoril, pecuária que tem sido, como disse no início, uma das razões da melhor fixação do pequeno e médio agricultor que trabalha a terra paranaense.

Acreditamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que alguns tópicos enfocam de maneira concreta, medidas que deveriam ser tomadas em favor da suinocultura, por exemplo, que haja o estabelecimento de mecanismos apropriados, que impeçam o ingresso no setor de pessoas não identificadas por tradição com a suinocultura.

É por demais sabido que a presença de grandes grupos profissionais e liberais, sem afinidade com o setor e em muitos casos atende única e exclusivamente a interesses como por exemplo o interesse de esquentar dinheiro, faz com que muitas pessoas invistam na suinocultura, temporariamente.

Essa concorrência desleal é prejudicial especialmente ao pequeno criador, além de reprimir o mercado. Esses mecanismos de preservação da atividade, deverão conter, além de outras medidas, a seletividade do crédito, isto é, só liberar crédito a criadores de suínos, tradicionais e o estabelecimento de rígido controle na comercialização de suínos, através da Associação Paranaense de Suinocultores, ou mesmo dos órgãos de fiscalização oficial.

O outro item que vem realmente de encontro ao anseio do criador, do suinocultor, seria a conquista do mercado externo para a carne suína.

O Sr. Mário Pereira — Vossa Excelência permite um aparte?
(Assentimento)

Nobre Deputado Edgar Pimentel, nós comparecemos juntos a uma reunião em Boa Vista da Aparecida em que um dirigente da Associação Paranaense dos Suinocultores, nos entregou uma solicitação e que Vossa Excelência hoje faz uso da palavra e solicito exatamente aquilo no que concerne a que os créditos da suinocultura sejam dados somente a quem tenha tradição no ramo.

Mas, há já vozes que se levantam contra isso porque seria uma espécie de discriminação. Mas eu quero concordar com Vossa Excelência, porque só para reforçar as suas palavras, no seu discurso em socorro da esquecida suinocultura, porque para uma empresa empreiteira fazer parte de uma concorrência dependendo da obra, há uma pré-qualificação em que se verifica se aquela empresa está apta ou não a participar daquela concorrência.

Portanto, acho muito justa a pretensão da Associação Paranaense de Suinocultores e que Vossa Excelência leva a conhecimento desse Plenário hoje, porque é necessário que haja realmente tradição no ramo para que o Governo conceda financiamento e que não se sobrevenham crises e mais crises porque quando a suinocultura, como agora que parece querer

atravessar uma fase melhor, gente inabilitada passará a pleitear financiamentos para entrar na produção de suínos, levando novamente o setor à crise, pois pessoas que não têm tradição, não têm preparo, não têm conhecimento, acabam criando problemas a toda a classe de suinocultores.

O SR. EDGAR PIMENTEL — Agradeço o aparte do Sr.

Deputado Mário Pereira, que vem enriquecer o pronunciamento que ora fazemos.

A conquista de mercado externo, para carne suína, é tarefa árdua, nós todos sabemos, e nem sempre é satisfatória, para um setor que tem seus ganhos comprimidos pelo custo da produção, cabe ao poder público cumprir com a sua parcela de responsabilidade ativando a estrutura existente no setor e a produção interna do produto.

A nível interno, há que desencadear intensa campanha de estímulo ao consumo à carne suína. Reconhecidamente a mais rica em proteína. A exemplo de outras campanhas custeadas pelo Governo como foi o caso da campanha para o consumo de produtos cítricos, a laranja, por exemplo, e outros produtos. É necessário também aqui invocar uma reivindicação ainda dos criadores, dos suinocultores do nosso Estado quanto à extinção da carga tributária, que também é de vital importância. Não se entende que o frango seja isento do ICM quando a suinocultura tem essa carga tributária.

Se conseguíssemos suprimir, certamente daríamos um passo muito adiante, no estímulo àqueles que se dedicam à exploração da criação de suínos. Essas, em resumo, algumas colocações da necessidade da criação de uma política indispensável à sustentação e manutenção da suinocultura de nosso Estado.

Como disse, no início, foi a suinocultura a atividade que talvez tenha escrito uma das mais belas páginas no progresso da agropecuária paranaense, na região Oeste e Sudoeste, nos idos de 60 aos anos 70. E aqui eu estou falando para Deputados afinados com esta região de Toledo, de Marechal Rondon quando nós tínhamos, nos anos 60, como talvez a razão maior da nossa economia, a suinocultura.

E aqui vai o nosso apelo em favor daqueles que tudo fazem em favor do progresso do Paraná. Criando, aumentando um rebanho suíno e muitas vezes sem a rentabilidade necessária para levar avante essa atividade.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. FERRARI JÚNIOR — Pela ordem, Sr. Presidente.

Não sei se foi citado ou não, talvez tenha me passado despercebido, mas nunca é demais lembrar. Naturalmente, todos os visitantes que se encontram nesta Casa, neste instante, muito nos honram. Mas, nós gostaríamos de registrar a visita ilustre que faz a esta Casa o nosso companheiro Prefeito Municipal da cidade de Maringá, Dr. Said Felício Ferreira. Ao ilustre Prefeito de Maringá um muito obrigado por sua visita a esta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa se sente honrada com a visita e informa que não foi comunicada. Agradece a sua lembrança, nobre Deputado.

Continua a palavra com a Liderança do PDS, por quinze minutos, o Sr. Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste início de período legislativo, a participação do ilustre Deputado Tadeu França, digno representante da região de Maringá e integrante da Bancada situacionista do PMDB nesta Casa, ao propor a instalação de uma CPI para apurar a situação de insolvência dos municípios do Paraná, inegavelmente, ganhou importância e destaque.

A proposta do ilustre Parlamentar possui expressão. Não

pela sua originalidade, pois não é inédita, mas, antes de tudo, pelo empenho que se repete nessa iniciativa de oportunizar ao Poder Legislativo, de recolher informações, de ouvir depoimentos e de debater questões sobre problemas institucionais, estruturais e comportamentais que penalizam e tornam insolvente a organização municipalista contemporânea. Ressalvada que foi a apresentação inicial do projeto do Deputado em questão, a forma generalizante da proposta como havíamos entendido anteriormente, nos preocupava. Uma vez que ensinava de um lado a dispersão de esforços, contribuindo para a repetição de insucessos desta forma consagradamente ineficaz de apuração de fatos e, de outro, o risco de injustiças que possa acarretar, contra aqueles que, sem provas concretas, viessem a ser envolvidos em situação desconfortável, pela qual ficariam estigmatizados, independentemente dos resultados que pudessem advir da apuração, pela Comissão Parlamentar de Inquérito em questão.

A minha observação não tem o sentido de modificar a proposta do eminente Deputado Tadeu França, muito menos de defender a indenizável, ou seja, o de proteger quem não haja se comportado dentro dos padrões éticos e morais exigidos no trato da coisa pública.

A verdade é que este tipo de fraquezas humanas, quando ocorre em atitudes de desonestidade e de egoísmo exacerbado, procedimentos incompatíveis com a administração pública, não são privilégios de um determinado partido, ou sigla partidária mas, antes de tudo, lamentavelmente, refletem as próprias misérias da criatura humana e, por extensão, da própria sociedade global.

Portanto, que não se perca pela apresentação. Destaco, isto sim, o objetivo principal da CPI que se impõe, que consiste, creio eu, na verificação de problemas de ordem político-administrativa que exigirão o estudo desde os aspectos da autonomia municipal, do sistema tributário em vigor, as questões de fiscalização no exercício do Executivo, instruindo este Poder para uma tomada de posição que possa efetivamente contribuir para a modificação deste quadro municipalista, desalentador em que ora se oferece.

Vale aqui citar um pensamento de Santo Agostinho, que não se deve julgar a imposição em si, e sim a qualidade que se impõem, seja um mal, ou um bem. A verdade é que na sociedade moderna a crescente natureza técnica das tarefas em que se acha envolvido o Governo, muito contribui para o gigantismo e para o conseqüente fortalecimento do Executivo, quando comparado com as demais formas do Poder.

Os valores de conceito e prestígio que desfruta o Poder Executivo, resultam da capacidade que têm de oferecer respostas imediatas à satisfação de necessidades de diferentes naturezas, imprimindo uma configuração muitas vezes absolutista, que tem muito com o quadro político constitucional contemporâneo.

Enquanto o Legislativo e o Judiciário, justamente pela impossibilidade de respostas mais imediatas e eficazes às exigências de natureza institucional de suas competências, colocam-se em plano de inferioridade, tendo com isto diminuído o conceito como Poder, com graves danos à autoridade e autonomia própria.

O processo de administração de Governo muniu-se de instrumental técnico proporcionado pela sociedade da informática, incorporou novas tecnologias, preparou os seus quadros Executivos e de pessoal, de apoio e de assessoramento, em evidente desequilíbrio de desempenho com os demais Poderes. Em especial com o Legislativo, que se tornou relativamente mais lento e menos eficaz nas respostas que lhes são exigidas por natureza e competência.

Somente através de uma renovação de meios, através de uma renovação de métodos do processo legislativo, é que possibilitará a este Poder, acompanhar efetivamente a ação do Poder, acompanhar efetivamente a ação do Poder Executivo.

E atendendo assim as suas atribuições de ordem legislante e fiscalizador.

Ainda recentemente, o artigo publicado no jornal "O Estado do Paraná", de autoria do eminente Conselheiro do Tribunal de Contas, Professor Rafael Yatauro, sob o título de "Consciência Municipalista", retardou com bastante propriedade aspectos dessa limitação do nosso Legislativo. Retratou quando abordou as medidas adotadas por prefeitos que premidos pela necessidade política de apresentar resultados imediatos, sem qualquer base de planejamento, autorizaram despesas e gastos não suportáveis pelas fontes naturais de receitas.

Fatos como esse, ocorrem, a respeito das formalidades legais que exigem muitas vezes, manifestações prévias favoráveis do Poder Legislativo, que premido pelas pressões conjunturais presentes, e sem condições técnicas e de conhecimentos administrativos, para contestar a pretensão, avalizam esse tipo de incursão no futuro. Os saques que os executivos fazem por conta do futuro, não só consomem antecipadamente as potencialidades financeiras do amanhã, como também, transfere aos sucessores, a responsabilidade de gerenciar organização municipalista insolvente.

O Sr. Tadeu França — Vossa Excelência permite um aparte?
(Assentimento)

Deputado Odeni, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. Vossa Excelência demonstra bastante perspicácia e compreendeu perfeitamente os nossos objetivos através da CPI. É por esta razão que nós afirmamos — e aproveitamos o ensejo, já que o Deputado Erondy Silvério fez referência a nós em seu aparte, nós temos que fixar um tempo em um trabalho, por esta razão fixamos o de fevereiro; não por julgar santos ou culpados.

É competência desta Casa, constituir CPI; não aceito a acusação, portanto, de incompetência, daquele Deputado. Patrulheiros, não. Temos compromisso em denunciar irregularidades, porque elas são um fato político e espelham no seio da comunidade. É uma obrigação nossa. Não temos receio e não vejo porque, qualquer afronta a quem quer que seja.

Não generalizamos, de forma alguma, apenas está aqui um instrumental a serviço da verdade, mais nada. Estranhemos que o Deputado Gabriel Sampaio, vomitando os seus recalques particulares, tenha se manifestado com visível ódio: — a Oposição não disse a que veio ainda! — Sr. Deputado, há oito dias é que o Governo do PMDB está no Paraná, se o Governo Federal, em quase 20 anos, não disse a que veio, porque está levando o País ao caos, é muito cedo para atirar acusações desse teor contra um Governo que está aqui, há apenas oito dias. Além do mais, a Bancada Situacionista a nível federal, da qual faz parte Gabriel Sampaio, é que deve responder muito mais as próprias questões que ele formula, — não alguém que eu diria, praticamente, ainda nem nasceu e que já nasce também grande parte asfixiado, sob a bota do militarismo que continua reinando neste País.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte?
(Assentimento)

Eu vou, de antemão, pedir desculpas a Vossa Excelência, que vou usar o seu aparte?

Vossa Excelência não terminou seu pronunciamento ainda?
O SR. ODENI MONGRUEL — Absolutamente.

O Sr. Gabriel Sampaio — Então, eu me eximo e pediria ao nobre Presidente, que me inscrevesse para Explicações Pessoais.

O SR. ODENI MONGRUEL — Digo a Vossa Excelência, Deputado Tadeu França, que a sua proposição, a mim chamou a atenção, fundamentalmente pelo aspecto pedagógico que ela encerra. No sentido de objetivar uma análise bastante minuciosa, das condições em que se encontram os municípios do Estado do Paraná.

Eu também lhe confesso que não foram, absolutamente, as

possibilidades de apontar quem haja eventualmente se comportado de forma indigna que me atraiu, esse tipo de miséria não me despertou atenção. Fundamentalmente, o que me levou a assimilar e a me identificar com a sua porposta, é esse sentido no profundo que encerra a CPI, porque vai nos possibilitar, não só aferirmos a incapacidade que temos de acompanhar o exercício do Executivo, mas vai deixar de maneira muito clara, de maneira muito evidente que nos faltam recursos de apoio. Nós não temos pessoal em número e qualidade suficientes para instruir o nosso trabalho legislativo e de fiscalização.

Nós não dispomos da informação e isso me preocupa sobremodo, porque as CPI são marcadas historicamente neste País pelo insucesso.

Trazemos os exemplos das visitas que fazem à Casa, entre aspas, quando convocados, os homens do Executivo. Eles vêm trazendo um volume enorme de dados e informações e nada lhes acontece, porque, o Legislativo deste País não tem condições de confrontar informações, de avaliar o comportamento e passam por aqui e daqui saem isentos.

Então, é neste sentido que eu uso da tribuna para declarar as condições de limitações que se encontram o Legislativo neste País, a nível federal, estadual e municipal.

Isto, também nos abre uma perspectiva muito grande de verificarmos como há ponto de conotação entre a nossa fraqueza do Legislativo e o empobrecimento das nossas estruturas partidárias. Os nossos partidos são fracos, nós do Legislativo não podemos nos apresentar de uma outra forma. Partido político fraco, Legislativo fraco. Caminham juntos o fortalecimento de um é também o fortalecimento de outro. E nós verificamos, para que serve o partido político, de modo muito especial ao político que ocupa cargo no Executivo.

O partido político, ele serve na medida em que dá-lhe sustentação durante a campanha eleitoral. O partido político, serve ao Executivo na medida em que lhe oferece as teses, os temas que sensibilizam a opinião pública. O partido político serve muitas vezes ao político do Executivo que por razões de ordem pessoal, de ordem conjuntural, migra do partido de origem ao partido de destino, porém sempre no sentido oposição, situação.

Não o faz com concepção lógica, não faz por questão ideológica, não faz reopção consciente. Faz com o sentido pragmático de buscar os recursos materiais e institucionais e muitas vezes protecionista que lhe possibilitam assim ficar isentos e à margem da lei.

Mas, quero dizer à Vossa Excelência que vejo nessa proposição condições que por certo vão florescer, vão se destacar, possibilitando na apuração dos fatos e de estudos anteriores oferecer uma contribuição para formação de uma mentalidade objetivando através de uma conscientização e responsabilizando os homens públicos no sentido da adoção de medidas que levem a superação de tão graves problemas municipalistas.

Quicá, Sr. Deputado, nós temos também desta CPI, como disse, esta correlação, de limitações existentes entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, que nos leve também de maneira bastante evidente, sentimos a debilidade de nossas estruturas partidárias...

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está encerrado o horário do Deputado que ocupa a tribuna.

A Mesa consulta à liderança do PMDB se fará uso da palavra.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, farão uso da palavra os Srs. Deputados Ferrari Júnior nos dez primeiros minutos, em seguida o Deputado Sabino Brasil, também 10 minutos, e os finais dez minutos, o Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. TADEU FRANÇA — Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Peço para inscrever-me para Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Será anotado, Sr. Deputado.
Com a palavra o Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.
O PDS tem dito que vai fazer oposição. Tem dito que a Bancada do PMDB é a Bancada Situacionista, fala isso estufando o peito, alguns Deputados, e que o PDS vai fazer oposição, nesta Casa.

Já disse e vou repetir, eu não sei qual o tipo de oposição que o PDS pretende fazer, eu não sei se curvado por muitos anos de subserviência, em um grande período de arbítrio, de prepotência, o PDS, parece-me, sem a espinha dorsal necessária para fazer oposição.

E se o fizer, será aquilo que eu disse, e repito, será a tal da oposição, "Maria Mole". Oposição sem consistência, porque o PDS na primeira oportunidade que se apresentou como oposição, foi votando o requerimento do nobre Deputado Tadeu França, pedindo uma CPI. Isso é coisa de oposição, o PDS veio e trocou como oposição, mas já formou. A "Maria Mole" já funcionou. Já não deu certo. Já recuou e passa a torpediar, passa a torpediar o requerimento do Deputado Tadeu Bento França.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Continua com a palavra o Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Presidente, nobres Pares, querer dizer que o Deputado Tadeu Bento França pretende com isso ser o Deputado um patrulheiro. Patrulheiro até concordo e acho que o é o Deputado Tadeu França. Patrulheiro é aquele que caminha sob o sol, sob a chuva, a perseguir ladrões, a perseguir bandidos, a defender o povo, esse é patrulheiro. Que achem que o Deputado Tadeu Bento França é patrulheiro.

(Tumulto)

O SR. PRESIDENTE — Mas, qual é a desordem, Deputado Gabriel Manoel?

Qual é o artigo infringido, Gabriel Manoel?

(Tumulto)

O SR. PRESIDENTE — A sessão está suspensa por cinco minutos, até que o Deputado Gabriel Manoel respeite o Poder Legislativo. Esta não é uma Casa de brincadeira, Deputado Gabriel Manoel!

Está suspensa a sessão, dada a irresponsabilidade do Deputado!

(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está reaberta a sessão.
Com a palavra o Deputado que ocupa a tribuna, Sr.

Ferrari Júnior, por sete minutos.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Pela ordem) Sr. Presidente, requero de Vossa Excelência que mande expungir das notas taquigráficas algumas ofensas havidas aqui entre os Srs. Deputados, para o bom andamento da Casa.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e fará com que as palavras desairosas sejam expungidas da ata. Com a palavra o Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Pois não. Sr. Presidente, nobres Deputados, exatamente aquilo que eu dizia: para fazer oposição não é assim, pelo menos eu não entendo dessa maneira, quebrando cinzeiro, agredindo, xingando, não é esta a maneira de se fazer oposição.

Mas, Sr. Presidente, nobres Pares, quando se fala que pretende o Deputado Tadeu França transformar-se num

patrulheiro, eu dizia que eu acho válido, porque patrulheiro é aquele que se conduz; chamaram, também, Caíto Quintana de patrulheiro. Patrulheiro é aquele que patrulha, aquele que se conduz, defendendo a sociedade, defendendo a comunidade, e é bom que se chame a Bancada do PMDB, de bancada patrulheira. É muito preferível sermos chamados dessa forma, do que sermos chamados, um dia, — e jamais haveremos de ser — de sermos chamados de corruptos ou coisa que o valha.

Quando pretendem, no requerimento do Deputado Tadeu França, dizer que ele pretende enquadrar chefes de família, que pretende prender prefeitos, que pretende denunciar prefeitos corruptos, não é bem assim. Ora, quem não deve, não teme. E parece, pela posição que tomam alguns membros da Bancada do PDS, parece que todos os Prefeitos são ladrões. Não creio dessa forma. Concedo aparte ao Deputado Gabriel Sampaio, e que seja breve, por favor, por causa do tempo.

O Sr. Gabriel Sampaio — Gostaria de apartear Vossa Excelência, dizendo o seguinte: eu aprovei, votei favoravelmente também à CPI que foi instituída nesta Casa, mas, originalmente, Deputado Ferrari Júnior, tinha o título, ou tem o título “Para averiguar as causas da falência dos municípios”. Problemas tributários ou coisa que o valha. A indignação inicial do Deputado Erondy Silvério, que nós aqui endossamos, foi que, na distribuição feita pelo Deputado Tadeu França dos folhetos para que dados fosse colhidos, no primeiro ponto, no item primeiro, ele colocou: “Principais suspeitas de incorreções administrativas ou desmandos administrativos até 19/02/1983”. O Deputado Erondy Silvério, datíssima vênica da opinião de Vossa Excelência, tem razão, porque dá a impressão que a CPI originalmente instalada para verificar o problema tributário, o problema de falência administrativa dos municípios em função dos seus orçamentos, se volta para um inquérito policial militar, que é de competência de outra área. As Câmaras Municipais são feitas para fiscalizar o município. O Tribunal de Contas também é feito. E, só para terminar, eu diria a Vossa Excelência o seguinte:

O que nós estamos verificando, e eu já falei e vou repetir aqui para o Deputado Tadeu França e para a bancada toda, é que o Governo de Vossas Excelências, está virando uma caça às bruxas. Vossas Excelências em lugar de tornarem verdadeiras as expectativas dos eleitores do PMDB do Paraná, estão procurando chifre em cabeça de cavalo. Agora, eu diria a Vossa Excelência, Deputado, que Vossa Excelência, tem, hoje, a polícia, tem todas as portas do Governo abertas, para fazer averiguações, inquéritos administrativos e botar na cadeia quem tem culpa. Agora, por favor, vamos procurar nesta Casa, vamos dar margem para que possamos discutir em alto nível. Porque, o que nós estamos vendo...

O SR. FERRARI JÚNIOR — Perfeitamente. Agradeço o aparte de Vossa Excelência e disse que o tempo era curto, e concordo nesse tópico que Vossa Excelência citou, em termos. Porque, num outro tópico, fala o Deputado Tadeu França com muita propriedade do sistema tributário que está a sufocar os municípios do Estado do Paraná. Isso ninguém falou do Deputado Tadeu França. Ninguém falou. Outra coisa, eu acho até — e gostaria de ter podido, quando o Deputado Tadeu preparava este seu requerimento, gostaria de ter podido, ter tido a felicidade de que ele também acoplasse no seu requerimento, não a falência dos municípios do Paraná, mas a falência do Poder Público do Estado do Paraná, inclusive o Governo do Estado do Paraná!

O Sr. Gabriel Sampaio — Provem.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Mas provaria com a CPI. É por isso que eu não pude lhe oferecer este préstimo. Deveria ter colocado o Poder Público do Estado do Paraná e não só os municípios.

O Sr. Tadeu França — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Acho estranho, Deputado Ferrari Júnior, e me parabeno com o seu brilhantismo, que, numa CPI em que nós estamos buscando as causas do empobrecimento dos pequenos municípios, principalmente, que o Deputado Gabriel Sampaio estranhe o fato de nós colocarmos a questão administrativa.

Ora, acho que é muita ingenuidade ele pensar que maus governos municipais não comprometem e não tragam também o inculcasso administrativo do qual estamos levantando a bandeira. Jamais afirmamos e insistimos em afirmar: — Não estamos fazendo acusações precipitadas e nem antecipadas. Uma CPI é uma proposta de levantamento de questões. Será corrupção deslavada que existiu e está aí a olhos vistos, nós queremos apenas documentá-la, em grande parte. Se não for um objeto político, se se não um fator de empobrecimento do município, eu sinto, Deputado, que estaria sendo omissa. Além do aspecto institucional, se nós não analisarmos a problemática, o Tribunal de Contas aí está, é mais um órgão contábil. O Sr. Deputado sabe que o escândalo das notas frias, notas calçadas, muitas vezes passa pelas malhas do Tribunal de Contas?

O SR. FERRARI JÚNIOR — Competência da polícia, nobre Deputado, competência da polícia!

O Sr. Tadeu França — Quero dizer ainda, que, se os jornais apresentam denúncias em Maringá, de onde o Deputado é oriundo como nós também o somos, Deputado, se houve num jornal, a imprensa afirmando, que, uma empresa, em Maringá, nossa cidade, prestou-se a exportar notas “frias”, notas “frias” para setenta Prefeituras do Paraná no Governo anterior, eu estranho a irritação desse e de outros Deputados, em não querer que nós tragamos, aqui, para esta Casa que é a Casa do Povo, também um local onde podemos dizer e sentir e receber as comprovações, porque nós também, quando sentimos que um fato é público e notório, quando existe lesão ao patrimônio público na esfera municipal, torna-se um fato político e nós somos responsáveis por todos os fatos políticos, também.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Gostaria, apenas, de dizer o seguinte:

Dizia o Deputado Gabriel Sampaio, há poucos instantes: — A que veio o PMDB?

Ora! Deputado! Ora! Deputado!

Vossa Excelência sabe que, o PDS, que veio há vinte anos, esse Governo que aí está, que bagunçou, em vinte anos, quer no Governo Federal, quer nos Governos Estaduais, quer nos Governos Municipais, o que se bagunçou durante vinte anos, agora, Vossa Excelência quer que o PMDB conserte, em oito dias? Nós vamos consertar assim, Deputado, é questão de dias, e Vossa Excelência verá como nós vamos consertar!

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência não pensava assim, nobre Deputado.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Concedo a palavra ao Senhor Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): “Quando ocupamos esta tribuna tivemos, apenas, o objetivo de denunciar imorabilidades que se acumulavam ou acumulam no IPAAS do nosso Estado, somado ao interesse de defender a contribuição dos segurados da Previdência Social, que na sua maioria está representada por trabalhadores de salário mínimo.

Não tivemos a intenção de acusar, especificamente, o Sr. Carlos Ernesto Calrberg porque a opinião com referência a este cidadão foi formada ao longo do tempo. Graças a depoimentos de autoridades da maior respeitabilidade, do corajoso trabalho da imprensa de todo Brasil, de pronunciamentos de colegas nossos, destacando-se dentre os vários existentes dos eminentes Deputados Federais Borges da Silveira e Hélio Duque, como também do valoroso companheiro Edilson Alencar que, desta

tribuna, historiou com detalhes e clareza, o sombrio comportamento do Sr. Carlos Ernesto Carlberg à frente do IAPAS.

Graves irregularidades emergiram, mas, gostaríamos de assinalar apenas uma, que nos parece a síntese do delinqüente que chega ao ápice de sua carreira ao falsificar datas em termos aditivos a contratos para beneficiar cabos eleitorais de um candidato da extinta ARENA que, em 1978, se intitulava o futuro Ministro da Previdência Social. Duas Comissões de Inquérito teve este cidadão que responder, sendo que, na última, resultou indiciado. (Proc. nº IAPAS/DG 1.039.751/81).

Portanto, nobre Deputado, a opinião não é nossa, a opinião foi formada ao longo do tempo. Como vê, não tivemos a intenção de injuriar como afirmou Vossa Excelência, o nome “honrado” do Sr. Carlos Ernesto Carlberg, mas, de denunciar estas imoralidades praticadas em sua administração.

Voltando ao ponto central do nosso pronunciamento que denunciávamos a utilização do IAPAS com nítidos objetivos políticos, onde destacamos a locação do imóvel para instalação da Agência da Previdência Social, em Toledo, e, foi Vossa Excelência nobre Deputado Tércio Albuquerque, que enfatizou em suas explicações demonstrando cabalmente, que, apesar das determinações expressas do Presidente do IAPAS ao SUPERINTENDENTE do Paraná, este esperou que transcorressem dois anos, e, apenas no ano eleitoral deu início ao processo que se consumou doze dias antes das eleições, no sentido de enganar, de ludibriar o eleitorado de Toledo, porque até aquela altura nem uma providência havia sido tomada, ou sequer, realizado qualquer planejamento para efetiva instalação da Agência. A maior comprovação do que afirmamos já se passam seis meses com pagamentos de alugueres e outras despesas, a Agência de Toledo ainda não começou a funcionar.

Senhor Presidente — Faço um apelo, a Sua Excelência o Ministro Hélio Beltrão, ao qual estou enviando Telex, solicitando que determine a imediata instalação e o efetivo funcionamento da Agência da Previdência Social na cidade de Toledo, que tenho a honra de representar desta tribuna.

Quanto ao fato das nomeações ou contratações, como queria Vossa Excelência, feitas SEM CONCURSO PÚBLICO, obrigatoriedade que dispõe a Constituição Federal vigente. Forma mais democrática de seleção, que permite o ingresso de todo o cidadão brasileiro no serviço público, pelas portas claras do concurso e não pelas janelas do protecionismo e do sabujismo. Vou citar, nobre Deputado, três casos como exemplo:

1 — O Diretor de Pessoal - DAS-1 — PIERCY DE LEMOS teve sua filha Mariane contratada;

2 — O Secretário de Administração — DAS-2 — Daltro Barroso de Menezes teve sua filha Leila Cristina contratada;

3 — O Coordenador de Arrecadação e Fiscalização - DAS-1, Sr. Waldemar Klugge Guimarães teve seu filho Valdemar contratado.

Contratações estas, SEM CONCURSO PÚBLICO, a nível de dois e meio salários mínimos cada, cujos pais funcionários tiveram excluídas as quotas de salário-família no mês posterior a contratação. (BSL-IAPAS/PR nº 30 de 23/04/82; nº 31 de 28/04/82 e nº 32 de 30/04/82). Entretanto, aceitarei que o nobre Deputado nos comprove a data, local e repartição pública que qualquer dos casos ditados, tenham prestado concurso público para o ingresso no IAPAS.

Não querendo nos prolongar por mais tempo, neste assunto, sem dúvida, acintoso à boa moral administrativa, desejo informar ao nobre Deputado Tércio Albuquerque que não nos deixaremos “insuflar por mentes doentias” e muito menos influenciar por mentes mistificadoras, omissas ou falcatureiras.

Os fatos que trouxemos ao conhecimento desta Casa, alguns ocorreram em Toledo, outros, trazidos pelo nobre Deputado Ferrari Júnior, em Maringá, e, para que Vossa Excelência tenha certeza que sou um representante do povo bem informado, vou citar fato ocorrido em Foz do Iguaçu, sua cidade. — Lá duas empresas, lesadas por funcionários subordinados ao Doutor CARLBERG, denunciaram à Superintendência do IAPAS as fraudes praticadas, ao invés, da instauração de sindicância e abertura do competente inquérito administrativo, a única providência tomada foi remover os faltosos para Santa Catarina. Dezesesseis meses após, por expressa determinação do então Ministro Jair Soares, é que, o Sr. Carlos Ernesto Carlberg foi instado, muito a contra gosto, instaurar sindicância para apurar as fraudes denunciadas, obrigando a Superintendência do IAPAS a desengavetar as denúncias que tinha em seu poder.

Senhor Presidente, Senhores Deputados — Os fatos que citamos servem para demonstrar que no Serviço Público, já não existe mais lugar para os omissos, incompetentes ou coniventes. Entendemos ser necessário que se restaure, com urgência, a dignidade e o decoro da função pública, para que o tumor virulento da corrupção administrativa seja extirpado definitivamente do serviço público, como medida exemplar e justa, afastando-se dos cargos de mando, aqueles que praticam atos irregulares, tornando, assim, real as lições do Ministro Hélio Beltrão, quando afirmou a toda Nação Brasileira. “... quem transigir com a fraude, a desonestidade e a corrupção em prejuízo do patrimônio público não terá misericórdia”.

Agradeço e peço desculpas ao Deputado Tércio Albuquerque, que o nosso tempo acabou, por isso não concedemos o aparte ao nobre Deputado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Ainda no Horário da Liderança do PMDB, com a palavra por dez minutos ao Sr. Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BNOKOSKI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado que o presente requerimento subscreve e que fará a ilustração e como filho de União da Vitória e no uso de suas atribuições regimentais, vem requerer, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de regozijo pela passagem do 93.º aniversário de fundação do Município de União da Vitória, a ser comemorado no próximo dia 27 do corrente.

(Lendo): “Tal efeméride, é deveras marcante, já que o Município de União da Vitória durante o período destes 93 anos, sempre contribuiu, através de sua laboriosa e hospitaleira população para o engrandecimento de nosso querido Paraná.

Destacadas personalidades quer no cenário político quer no cenário administrativo paranaense, tiveram suas origens em União da Vitória, daí a manifestação desta Casa em tal evento jubiloso na qual integraram e continuam a integrar ilustres filhos seus.

União da Vitória é o produto das penetrações efetuadas na região sul do Paraná através dos primeiros povoadores dos Campos de Palmas.

Francisco Inácio de Araújo Pimpão, fazendeiro residente nos Campos de Palmas, visando facilitar os meios de transportes e as vias de transportes e as vias de comunicação entre a região e a cidade de Curitiba, determinou ao seu filho mais velho Amazonas de Araújo Marcondes, que se estabelecesse em determinado ponto da margem esquerda do rio Iguaçu. Esse lugar escolhido por Amazonas Marcondes foi Porto União da Vitória. Ali se estabeleceu ele, ficando como adquirente das mercadorias transportadas por jangadas ou balsas, que verificou, desde logo, ser um meio de transporte obsoleto e antiquado. Em vista disso, Amazonas de Araújo Marcondes resolveu organizar uma empresa de transporte fluvial, tendo

seguido ao Rio de Janeiro, onde comprou o primeiro vapor destinado a essa empresa, o qual foi batizado com o nome de "Cruzeiro". Com esse barco, o intrépido bandeirante começou a semear o progresso na região, fazendo o percurso entre União da Vitória e Porto Amazonas.

Entretanto, os primeiros elementos a fixarem residência em União da Vitória são anteriores ao estabelecimento, ali, de Amazonas Marcondes. A 17 de novembro de 1769, por ordem do Governador-Geral da Capitania de São Paulo, partiu dos Campos de Curitiba, o capitão Antonio da Silveira Peixoto com o objetivo de explorar as regiões do sul e oeste da então 5.ª Comarca de São Paulo. Navegando o rio Iguaçu, Silveira Peixoto atingiu a localidade onde hoje se acha a cidade de União da Vitória, e ali fundou o Entreposto de Nossa Senhora da Vitória. Deixando no local parte de sua comitiva, Silveira Peixoto prosseguiu viagem, singrando as águas do Iguaçu até atingir sua embocadura, no rio Paraná. Foi ainda nessa expedição que o grande capitão Silveira Peixoto chegou aos Campos de Guarapuava.

O Entreposto de Nossa Senhora da Vitória seria o ponto de partida para outras explorações do território da zona sul da Capitania. Assim, em 1772, foi enviado pelo Governo de São Paulo o sargento-mor Francisco José Monteiro, que veio assumir o comando e chefia do referido Entreposto.

Em 1863 o povoado já merecia alguma consideração, contando 18 famílias com suas casas instaladas e se dedicando ao trabalho e cultivo das terras e ao desenvolvimento da localidade.

Em 1880 chega a Porto União da Vitória o verdadeiro civilizador da região, com o intuito de fundar uma cidade no lugar onde se encontravam esses moradores. Era o coronel Amazonas de Araújo Marcondes, natural de Palmas, a quem já nos referimos.

Ao se transportar para a localidade, Amazonas Marcondes trouxe consigo muitos agregados que foram considerados os primeiros moradores propriamente ditos. Por essa época Palmas foi elevada à categoria de vila e União da Vitória, à de freguesia.

Tendo adquirido vasta gleba de terras, o coronel Amazonas Marcondes começou a cultivá-las, por meio de grande número de pessoas, para isso contratadas.

A primeira leva de colonos alemães procedentes do vale do Itajá, em Santa Catarina, e Rio Negro, no Paraná, chegou a União da Vitória no ano de 1881, dedicando-se à agricultura e a outras atividades correlatas.

Pelo Decreto nº 54, de 27 de março de 1890, foi a freguesia de Porto União da Vitória elevada à categoria de vila, e, pelo Decreto nº 55, do mesmo dia, mês e ano, passou à categoria de município, desmembrado do município de Palmas.

Em 1895 José Cleto da Silva fundou a primeira escola primária e o primeiro internato. No ano de 1905 os trilhos da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande atingiam Porto União da Vitória, sendo inaugurada a primeira Estação Ferroviária.

Devido ao Tratado de Limites celebrado entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, a cidade ficou dividida em duas, passando a parte que tocou ao Paraná a denominar-se União da Vitória, e a pertencente a Santa Catarina, Porto União.

O Município de União da Vitória, situado numa altitude de 752 metros é dotado de um clima temperado, com um verão fresco e um inverno muitas vezes rigoroso, como é característico de toda a região Sul do Paraná. Sua população residente, segundo dados de 1980, apresentava um total de 39.626 habitantes, distribuídos da seguinte maneira: população urbana 35.510 e a população rural 4.116 habitantes.

Este — Senhores Deputados — é o Município de União da Vitória, que tenho a honra de representar nesta Casa e com cujo aniversário me regozijo, pelo muito que representa e representou na História do Paraná.

Ao encerrar, solicito, ainda, que deste requerimento se

dê ciência aos jornais "CAIÇARA", "O COMÉRCIO" e às Emissoras de Rádio União, Educadora e Colmeia de União da Vitória, bem como a Sua Excelência o Senhor Prefeito Municipal e Presidente da Câmara de Vereadores de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1983."

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa registra, no plenário, a presença de uma caravana de Três Barras, do Paraná, chefiada pelo Presidente da Câmara Municipal, Vereador Olímpio Faquini.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 132/82, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública a "PASCAL PROTEÇÃO À INFÂNCIA SANTA CATARINA LABOURÉ", com sede e foro nesta Capital. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI Nº 132/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "PASCAL PROTEÇÃO À INFÂNCIA SANTA CATARINA LABOURÉ", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

A PASCAL PROTEÇÃO À INFÂNCIA SANTA CATARINA LABOURÉ, está devidamente registrada no 2.º Registro de Títulos e Documentos da Capital e desde a sua fundação, vem prestando relevantes serviços de filantropia e assistência social em todos os setores, principalmente às crianças pobres da região, conforme bem comprova a documentação em anexo.

Assim sendo, estamos levando à consideração dos nobres Pares, na certeza de que o presente plano de lei irá merecer o apoio e aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 132/82

O ilustre Deputado AIRTON CORDEIRO pretende, com o presente plano de lei, de sua autoria, seja declarada de utilidade pública a PASCAL - PROTEÇÃO À INFÂNCIA SANTA CATARINA LABOURÉ, com sede nesta Capital.

O processo obedece aos ditames regimentais, inexistindo óbices de ordem constitucional ou legal que possam impedir sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, somos de opinião favorável à APROVAÇÃO do presente projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

WERNER WANDERER — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 137/82, de autoria do Deputado TÚLIO LUIZ ZANCHET, que declara de utilidade pública o "CENTRO EDUCACIONAL JOÃO XXIII", com sede e foro no Município de Marmeleiro. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI Nº 137/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "CENTRO EDUCACIONAL JOÃO XXIII", com sede e foro no Município de Marmeleiro.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1982.

(a) TÚLIO ZANCHET

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo educacional e de assistência social junto à comunidade de Marmeleiro e região, conforme comprova o relatório de suas atividades que juntamos ao presente.

De acordo com a Legislação Estadual em vigor que regula o Estatuto de utilidade Pública, a entidade preenche todos os requisitos essenciais, conforme comprova a documentação que anexamos ao presente.

Assim sendo, apresentamos o presente projeto de lei, que temos a certeza, merecerá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 137/82

De autoria do ilustre Deputado TÚLIO LUIZ ZANCHET, o presente plano de lei objetiva declarar de utilidade pública o CENTRO EDUCACIONAL JOÃO XXIII, com sede no Município de Marmeleiro.

Isento de falhas e omissões, e de acordo com as exigências regimentais, está o processo em condições de prosseguir sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Em tais circunstâncias, somos de opinião favorável à APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

WERNER WANDERER — Relator

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sobre a mesa requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando que a Sessão Especial marcada para amanhã, às dez horas, seja transferida para às 15:00 horas desse mesmo dia. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja determinado a juntada das Proposições nº 74/82 e 32/83, pela sua similitude e que preveleça na apreciação a Proposição nº 32/83. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, encarecendo-lhe que através de Comissão Especial de Sindicância, apure irresponsabilidades ou fraudes caracterizadas em certos municípios paranaenses, cujo número de eleitores é superior ao número de habitantes. — Em votação. — **Aprovado.**

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. RUBENS BUENO — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados, Solicito ainda, a Vossa Excelência que faça soar os tímpanos, porque muitos Srs. Deputados se encontram em seus gabinetes.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere a verificação de votação e também a chamada nominal dos Srs. Deputados. Solicito ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Faz a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Responderam a chamada nominal 23 Srs. Deputados. Não há "quorum" para votação, somente para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, visando a criação de três canchas cobertas para prática esportiva na cidade de Cianorte, em diversos locais. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à escritora Maria Luísa B. Merkle, pelo lançamento de sua obra intitulada "Crônicas e Palestras" — Meio Ambiente, Comentários, Críticas e Alertas. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Secretaria dos Transportes, encarecendo providências no sentido de ser efetuado o asfaltamento do trecho da BR-376 até a Cidade de Tijucas do Sul. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo sejam urgenciados os convênios PRÓ-SAFRA com os Municípios do Sudoeste do Paraná. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, lido da tribuna, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 93.º aniversário de fundação do Município de União da Vitória. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, consubstanciado em apelo ao sentido de que seja implantado o ensino de 2.º grau, nos Distritos de Rancho Alegre e IV Centenário, no Município de Goioerê. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de apelo no sentido de que seja autorizado Aditivo contratual para serviços de terraplenagem e obra de arte, na estrada alimentadora que liga os Distritos de Rancho Alegre, Município de Goioerê ao Distrito Primavera de, Município de Juranda. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, consubstanciado em apelo no sentido de que seja determinada a construção de uma cancha de esportes, na Escola João Teotônio Neto, no Município de Moreira Sales. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente da EMOPAR, encarecendo medidas urgentes, no sentido de ser reformada a Escola de 1.º Grau João Teotônio Neto, no Município de Moreira Sales. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da RADIPAR, encarecendo medidas no sentido de ser instalada uma Repetidora de Televisão, no Distrito de Diamante, Município de Guaraniaçu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, em forma de apelo no sentido de que seja instalado Postos de Saúde, nos Distritos de Diamante e Borman, no Município de Guaraniaçu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COHAPAR, no sentido de ser estudada a viabilidade da construção de um núcleo habitacional no Município de Munhoz de Mello. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam determinados providências visando a construção do asfalto da BR de acesso Munhoz de Mello, Santa Fé, Maringá e Astorga. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior, em forma de apelo, no sentido de que seja estudada a viabilidade da reforma das Escolas Estaduais, Vicente Liberato, Engenheiro José Farias Saldanha, Juvêncio Mateus Tinoco e Ângelo Lopes, todas situadas no Município de Munhoz de Mello. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, consubstanciado em apelo, visando a reconstrução das pontes pertencentes ao Município de Munhoz de Mello. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, no sentido de que seja estudada a viabilidade de reforma do hospital São Sebastião, na Cidade de Munhoz de Mello. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, manifestando a solidariedade desta Casa aos reclamos do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Curitiba, os quais solicitam adoção de medidas que visam a regularização de sua situação de trabalho. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encarecendo que o mesmo, de acordo com a Comissão de Organização Judiciária deste Estado, determine a instalação da Comarca de Catanduvas. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro das Comunicações, no sentido de enfatizar a necessidade da anulação da concorrência pública, para a concessão de um canal de radiodifusão em ondas médias para o Município de Quedas do Iguaçu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à Senhora Secretária da Educação, em forma de apelo no sentido de que seja implantado o ensino de 2.º grau, nos Distritos de Rancho Alegre e IV Centenário, no Município de Goioerê. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, consubstanciado em apelo, no sentido de que seja autorizado aditivo contratual para serviços de terraplanagem e obra de arte, na estrada alimentadora que liga os Distritos de Rancho Alegre, Município de Goioerê ao Distrito de Primavera, Município de Juranda. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, em forma de apelo, no sentido de que seja determinada a construção de uma cancha de esportes, na Escola João Teotônio Neto, no Município de Moreira Sales. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Superintendente da EMOPAR, encarecendo medidas no sentido de ser reformada a Escola de 1.º Grau João Teotônio Neto, Município de Moreira Sales. — **Encerrada a discussão.**

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Para Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Em Explicações Pessoais, gostaria de escalar alguns assuntos que, em função de não termos tido condições em apartes, deixar as coisas bem claras.

Em primeiro lugar, vamos falar sobre os meus queridos companheiros de Maringá, que me assediaram, ambos, quando eu usava da palavra, em apartes nesta Casa, durante a tarde de hoje.

Inicialmente, o nosso companheiro e Deputado Tadeu Bento França. A nossa bancada, de um modo geral, aliás, se não me falha a memória, com a própria aquiescência e também aprovação do Líder, Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, votamos favoravelmente à constituição da CPI para verificar a falência municipalista, ou a insolvência dos municípios do Paraná. Apesar, como já disseram alguns companheiros, de não ser um fato novo nem original, era também oportuno. Os acontecimentos, alguns deles bastante lamentáveis na tarde de hoje, ocorreram em função de que o Deputado Tadeu França distribuiu um papel para subsídio para esta Comissão iniciar seus trabalhos.

Evidentemente não tem aqui nenhuma seqüência numérica, primeiro, segundo, terceiro e quarto. Mas, o primeiro assunto diz o seguinte:

Principais suspeitas de incorreções administrativas ou desmandos administrativos até 1.º de fevereiro de 83. Aqui começaram os problemas. O que nós entendemos - e aqui está bem claro, e pode ter sido uma infelicidade do Deputado Tadeu França ter posto desta forma - é que, de repente a CPI que iria verificar em profundidade os problemas que não são muito segredos, são absolutamente visíveis a todos aqueles que têm algum trânsito na área municipalista brasileira. Evidentemente, que nós sabemos, o Governo Federal já sabe, os estaduais também sabem, que o País está ansiando desesperadamente por uma reforma tributária, onde o município, onde realmente os problemas são originados e têm que ser resolvidos, deve ter o Prefeito Municipal uma maior condição de orçamento para atender esses mesmos problemas, e inverter - e isso se diz todo o dia - a pirâmide de arrecadação e a pirâmide de aplicação desse dinheiro arrecadado, ou seja, o município tem que ser melhor aquinhado.

Mas, compete a esta Assembléia, compete ao brilhante Deputado Tadeu França, compete à sua vontade de ajudar, participar e dar subsídios para que a solução seja alcançada, propor, como de fato propôs a CPI.

Muito bem.

O que nós não podemos - e vários Deputados se insurgiram contra isso - é colocar sob suspeita todos os Prefeitos do Paraná. Nós virarmos, em lugar de Deputados que vão procurar causas de problemas tributários, de arrecadação, de aplicação de dinheiro, vamos procurar bandidos.

Na minha opinião, lugar de sonegador, lugar de bandido, lugar de quem infringe a lei, é na cadeia, e seria o primeiro

homem a votar favorável, a dar a minha palavra de apoio. Agora, não podemos levantar suspeitas, e como já disse o Ministro Hélio Beltrão, felizmente este País tem milhões de pessoas honestas. E a maior luta deste mesmo Ministro, que não chefiou o Ministério da Desburocratização foi que o nosso volume burocrático só tinha uma causa: partia-se do princípio de que todo mundo é desonesto. Até para dizer-se que está vivo é preciso atestado. Então, não é possível, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós incorramos no mesmo erro, de partirmos do princípio de que todos os Prefeitos "botaram a mão".

Agora, o PMDB tem o Governo na mão, tem todas as portas abertas, tem a sua estrutura policial, inclusive para averiguar, denunciar, levantar inquéritos e punir os culpados. Nós não podemos transformar esta Assembléia, numa "caça às bruxas", e nós estamos vendo os famosos patrulheiros - dos quais já se fala em todo o Paraná - não tendo outra preocupação! Acho perfeitamente correto que, as pessoas que usaram mal os seus cargos, usaram mal as verbas que são, em última análise, do povo que paga imposto, então, não podem ficar, absolutamente, sem punição, mas isto não pode se tornar o objetivo máximo! O Paraná está esperando, do Sr. José Richa, um bom Governo, que venha de encontro aos interesses do Paraná, que venha sanar e sanear os graves problemas que o Paraná enfrenta, e nós temos visto, nestes poucos dias de início desta Administração que teve quatro meses para planejar, quatro meses para acertar a equipe, quatro meses para dirimir as dúvidas e para acertar objetivos; vêmo-lo chegar ao Poder, somente preocupado ou com perfumarias - como é o caso de retirar o que eu acho até bom, os retratos, é que, alguns fotografam menos mal, ou melhor do que outros, tirar os retratos das Repartições Públicas, pintar os automóveis, temos um projeto de lei, inclusive nesse sentido para o qual esperamos a aprovação unânime desta Casa, com relação a carros oficiais, e também para colocar, nas placas, apenas a obra e não mais, o nome do administrador, acho isto perfeito e justo - mas, repito, o que nós temos que verificar e isto eu comentava há pouco com o Deputado Gulin, que o problema do município, além do problema tributário, é um problema muito mais grave, um problema muito mais sério! Nós temos municípios onde, lamentavelmente não temos homens capazes - não em honestidade - capazes de gerir os recursos, gerir um orçamento municipal, a Câmara Municipal é constituída, à duras penas! Então, teremos que começar, daí, e a culpa inicial foi desta Casa, temos que fazer a autocritica e fazer a nossa auto-punição, os Deputados Estaduais dessas dez Legislaturas é que retalharam o Paraná, muitas vezes por interesses pessoais, o que não nos cabe aqui julgar, esses Deputados, por problemas políticos especificamente, retalharam o Paraná e, nessas retalhações, constituíram municípios que não têm a menor condição não só no aspecto orçamentário-tributário, mas sobretudo, no aspecto humano, onde, Prefeitos, são levados à mesma Prefeitura, uma, duas, três, quatro, cinco vezes, porque não há outro para substituir.

Portanto, a nossa observação - e aqui não cabe também a observação do meu querido companheiro Ferrari Júnior que não sei se encontra-se no plenário, ou não, quando dizia que nós somos "Maria Mole", que votamos numa coisa, depois voltamos atrás então, a nossa observação: nós aprovamos a CPI, aprovamos, por unanimidade desta Casa, agora, não podemos transformar esta CPI, numa delegacia policial! Eu acho o seguinte: que os homens, têm que ir à sua vocação, os que têm vocação para a vida pública, disputem cargo público, quem tiver vocação para Delegacia de Polícia, espera concurso, faz e entra na carreira, esta é a diferença que nós queremos colocar, para bem recolocar o nome dos homens públicos que fazem, da vida pública, um sacerdócio, em função dos ideais que os movem e que os levam, muitas vezes, inúmeras vezes, a sacrifícios pessoais e de suas famílias. Esses políticos, autênticos, não

podem ser generalizados, como pretende este formulário distribuído pelo nobre Deputado Tadeu França.

O Sr. Márcio Pereira — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, eu acho que essa proposta para a CPI, apresentada pelo Deputado Tadeu França, ela, quando pede informações, "principais suspeitas em incorreções administrativas", ela tem um título geral que diz: "Aspecto Situacional", e no segundo aspecto, na segunda página fala, "Aspecto Institucional."

Acho que está bem casado, porque, muitas coisas que ocorrem no Município, hoje, é em função do problema institucional, mas, nós, vendo a situação, nos vai facilitar, inclusive o fortalecimento da convicção que temos de que precisa haver uma reforma tributária, que é preciso se dar mais força aos municípios. E acho que, como incorreção administrativa, ou, desmando administrativo, não são somente os casos de comprovada corrupção porque desmando administrativo só para citar um exemplo, construção de edifícios sem necessidade de luxo como tem ocorrido ultimamente.

Por exemplo, aqui em Curitiba, a sede do BNH, é o mais luxuoso dos prédios que eu já entrei. É um prédio construído com o dinheiro do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Aqui na Assembléia Legislativa tem um projeto, o projeto dos novos gabinetes, no subsolo, o almoxarifado da gráfica, está especificado carpet de 10 mms. O Deputado Donato Gulin que participa da comissão, o Deputado Adhail e eu já verificamos isto. Acho que desmando administrativo não é só quem desvia o dinheiro público para o seu próprio bolso. Desmando administrativo são obras desnecessárias que através de dinheiro obtido por prefeituras "a fundo perdido" através de convênios em função do aspecto institucional que as Prefeituras não conseguem arrecadar por meios próprios recursos para administrar, acabam aplicando mal o dinheiro arrecadado no município, mas que é canalizado para o Estado e para a União.

Acredito que o aspecto situacional é muito importante para que possamos entrar no aspecto institucional.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — O Sr. Deputado Nilso Sguarezi tem a palavra.

O Sr. Nilso Sguarezi — O nobre Deputado Mário Pereira especificou bem a colocação que ele fez. Acho que, data vênica, Vossas Excelências estão procurando levar este assunto por um lado que não passou nunca na imaginação do nobre Deputado Tadeu França.

O SR. GABRIEL MANOEL — Foi dita a palavra: "denúncias", claramente, Deputado Nilso Sguarezi. E já que Vossa Excelência endossa as palavras ...

O Sr. Nilso Sguarezi — O texto é: "Principais suspeitas de incorreções". Então, o Sr. Deputado Erondy Silvério que começou a levantar, dizendo que jamais se prestaria ao papel de ser inquisidor e coisa assim.

O que ocorre, acho o seguinte: se vai-se fazer um trabalho sério, deve-se ver as facilidades e porque não objetivamente.

Como legisladores nós temos que conhecer o quadro real, o quadro atual. Se há facilidade que a corrupção seja cometida, essa preocupação do legislador de conseguir um instrumento legal que dificulte a ação fraudulenta dos administradores.

Acho que essa é uma preocupação constante do legislador, cortar e fechar todas as portas possíveis em que a corrupção passe por ela.

Então, acredito que foi neste sentido em que o nobre

Deputado quer levantar esta situação como muito bem explicou o Deputado Mário Pereira. A situação "situacional": está fácil de Prefeito cometer corrupção na Prefeitura ou está difícil? Neste aspecto, aqui nós sabemos e Vossa Excelência, como advogado, sabe muito bem disso, que nem sempre é possível nós comprovarmos a fraude, porque o ladrão não leva testemunha, o corrupto não deixa assinatura. Então, acredito que esses são assuntos em que o autor da CPI está pedindo estes assuntos para ver se é possível encontrar instrumentos que ao menos dificulte a ação.

Não é no sentido de que agora vamos apontar e fazer da CPI uma inquisição. É a situação funcional dentro das atuais prefeituras em que há muita possibilidade de cometer-se fraudes. Não fosse assim, não teriam ocorrido os disparates que ocorreram.

Então, acho que Vossa Excelência tem que ver nesse sentido e não no outro sentido em que está se querendo colocar de que a CPI vai se tornar num instrumento de perseguição, de delação, enfim, tornar um verdadeiro tribunal. Acho que o trabalho é um trabalho sério, mas tem que ser analisado por este aspecto, não para descobrir pessoas, mas para descobrir situações em que a frande possa ser cometida.

O Sr. Augusto Carneiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço Vossa Excelência pelo aparte dizendo que no meu entendimento Vossa Excelência coloca muito bem o problema, porque, na verdade, ninguém aqui é contrário (no meu entendimento), de que descobrimos a causa que vem empobrecendo os municípios e procuremos apresentar uma solução para esta causa.

Concordo, também, com Vossa Excelência quando diz que a causa já é conhecida por todos nós. É a distribuição de renda, o município contribui mais do que recebe. Conseqüentemente, vai empobrecendo cada vez mais.

Agora, concordo plenamente também, com Vossa Excelência e companheiros desta tribuna ...

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa informa ao orador que está encerrado o tempo de quinze minutos.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Peço prorrogação.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — deferida.

O Sr. Augusto Carneiro — Continuando neste meu aparte, digo que concordo com Vossa Excelência quando levanta uma dúvida de que esta CPI, se tem a finalidade de caçar bruxas, ou descobrir bandidos, não é da alçada do Legislativo. Aqui é uma Casa de Leis e a função nossa é fiscalizar, é denunciar fatos dentro da competência de tribuna. Não temos a competência e a experiência, também deve falar nesta hora, porque aqueles Deputados que estão há anos aqui, já por duas ou três Legislaturas, como é o meu caso, e ter participado de tantas CPIs feitas sobre vários assuntos, é na hora em que exige uma ação do poder de polícia em cima de pessoas, ou de fatos, ou de administrações, cessa a nossa competência e ali se paralisa a intenção de se chegar a um objetivo mais concreto.

Então, corremos o risco de sair por este Paraná todo levando dúvidas, denunciando Prefeitos, administrações e depois nada podemos fazer quando chega na hora de executar os culpados, se, porventura, há culpados. É um ponto que deve ser observado com prudência, com cabeça no lugar, porque verdadeiramente a execução de culpabilidade de alguém, se porventura houver culpados, não compete a este Poder.

Queria dizer também, neste meu aparte, que se não houvesse outro instrumento mais adequado para julgar se um Prefeito é ou não culpado pelo empobrecimento de seu municí-

pio, mas existe este instrumento. O primeiro instrumento é o próprio Prefeito, que sucede o antecessor. Este Prefeito tem total liberdade e, no meu entendimento, se ele constatar, ele que tem todo o instrumental na sua mão, todos os atos feitos pelo seu antecessor, se ele verificar que existe alguma irregularidade capaz de culpar o seu antecessor, ele tem perfeitamente instrumentos capazes para pedir uma verificação, pedir uma equipe de técnicos para levantar, mesmo que não saiba, se houver suspeitas, ele acha que é do dever do Prefeito que assume, pedir uma sindicância da administração anterior. Em função disto, levantar um inquérito administrativo de forma que possa julgar o Prefeito se, porventura, ele fez.

Este seria o primeiro instrumento.

O segundo instrumento é a Justiça. O primeiro no inquérito policial, como sabemos. Depois numa ação judicial. Estes são os instrumentos e os caminhos legais e adequados para julgar o corruptor, se ele existe em qualquer setor.

Não fica bem, para este Poder, vestirmos a carapuça de policiais, de juízes, de oficiais de justiça, e sairmos por este Paraná procurando bandidos. Este é o alerta que quero fazer. Sou perfeitamente de acordo de que se constitua aqui uma Comissão Parlamentar de Inquérito para ver o empobrecimento dos seus municípios, mas de uma forma genérica. Ver, inclusive, e reivindicar, formar um documento no seu final, mostrando a verdadeira situação do município, de forma com que possamos com isto contribuir por aquilo que todos queremos, que é uma reforma tributária adequada para melhorar a situação dos municípios. Mas, se for para caçar bandidos, acho que temos que, honestamente, com a cabeça no lugar, nos colocarmos contra, porque não compete a nós esta medida.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Muito obrigado, Deputado Augusto Carneiro.

E o que extrapolou ainda mais o assunto na tarde de hoje, é que nós, num aparte que demos ao Deputado Gabriel Manoel, dissemos que o Governo do Sr. José Richa não tinha dito a que veio. E ainda realmente não disse, e até concordo que não houve tempo.

Mas, o que nós estamos vendo como primeiros sintomas, não é o que o Paraná esperava, essa é a grande verdade. Essa é a realidade dura de hoje, que nós estamos sentindo em cada ato feito pelo novo Governo.

Não conseguiu ainda nem complementar a equipe; quatro meses após a eleição, o Governo instala-se e não se conseguiu assumir todos os postos. O que nós queremos, nesta Casa, discutir com os Srs. Deputados da Situação, são os planos de Governo. Está lá o Rio de Janeiro, nos dá uma lição, o Sr. Governador Leonel Brizola do PDT, que prometeu em campanha o décimo terceiro salário ao Servidor; já enviou, está enviando mensagem à Assembléia, para conceder este décimo terceiro salário; prometeu o aumento de 70%; está fazendo da mesma forma. E aqui, na televisão, nós vimos José Richa se autojustificando que não faria isso, porque não pode mexer no orçamento. O que é uma piada. Para quem conhece o bláblá da Lei de Meios, a Lei Orçamentária. Poderá em qualquer época fazer esta modificação. Não quer é, salvo melhor juízo, e salvo declaração em contrário, cumprir a palavra empenhada.

O Sr. Donato Gulin — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado. E diria que realmente o problema do empobrecimento dos municípios, não somente ...

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Vossa Excelência permite apartear-lo? Mas Vossa Excelência é um técnico neste assunto.

O SR. DONATO GULIN — Muito obrigado pelo aparte que

nos cabe. Mas quero dizer que o empobrecimento dos municípios é brasileiro, é nacional. Todos os municípios brasileiros estão sofrendo o mesmo problema. Muita gente, inclusive, diz que municípios pequenos são os que têm menos condições; quando a realidade é diferente; quanto maior é o município, maior é o problema, maior a dívida, maior o buraco. Dizemos isso, porque participamos durante 4 anos da Comissão Executiva da Associação dos Presidentes de Câmaras das Capitais de Estado, brasileiros, e lá muito se discutiu em termos nacionais em todos os estados brasileiros. Não somos somente nós aqui na Assembléia Legislativa do Paraná que estamos levantando este problema; em todas as Assembléias de todos os estados e territórios brasileiros, se fala a mesma coisa.

Na Câmara Federal, inúmeros deputados federais e senadores também levantaram este problema. Realmente não consigo, apesar de ter votado favoravelmente, não consigo entender porque esta comissão do empobrecimento. O que nós temos é que partir para ações, que vão acabar com o empobrecimento, mas não ver os motivos; os motivos todos nós sabemos; é a falta de dinheiro.

E, em segundo plano, nobre Deputado, Vossa Excelência citou muito bem, tem municípios em todo o território brasileiro, que foram criados sem nenhuma estrutura, a bel prazer e inclusive Vossa Excelência, como Deputado, acabou de reconhecer, que o erro foi desta Casa, que o erro foi dos Deputados, que o erro inclusive foi de Vossa Excelência também, por participar desta Assembléia, quando se aprovou a criação de municípios aqui dentro do Estado do Paraná, só para conseguir o que nós diríamos, numa gíria política, uma beira de votos. Ou talvez um quintal. Não é isso. Nós precisamos estar conscientes. Nós realmente precisamos aquilo que Vossa Excelência falou: ter bons administradores; porque também nós não podemos medir muitas vezes, a administração por certos atos, como diz o velho adágio: "Em cada cabeça uma sentença". Então vai o dinheiro para o município. Um prefeito acha que o mais importante para o seu município é fazer uma fonte luminosa, no meio da praça; outro, é uma cancha esportiva; e o terceiro uma creche e assim tantos outros casos diferentes. Mas o que nós precisamos realmente é tomarmos consciência, tomarmos consciência de que o homem público, aquele que chega ao poder, ele tem responsabilidades, e ele tem de conhecer. Não pode se lançar candidato, só porque tem, talvez, o respaldo popular, mas ele mesmo sinta que não tem o necessário conhecimento, para a administração daquilo que ele está se propondo.

Eu, ao encerrar, nobre Deputado, quero repetir aqui, até não concordando com certos companheiros de nossa bancada; votamos favoravelmente; não votamos com o intento realmente de caça às bruxas; mas não consigo sentir, realmente, a finalidade desta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque já é de conhecimento, não somente da classe política do nosso Estado, mas da população de todo o Brasil. Haja vista que se nós tivermos o cuidado de irmos aos arquivos de todos os jornais brasileiros e dermos uma repassada nesses jornais, nós veremos em todos, inúmeras citações, dos problemas do empobrecimento dos municípios.

E, inclusive, técnicos nos apresentando as soluções que já foram apresentadas em cartas de congressos de Deputados Federais, Estaduais, Vereadores, Prefeitos e técnicos em administração pública, propondo a modificação que se faz necessária.

Então, acho, nobre Deputado, claro, escusando-me desta Comissão que, isto aí, não vai nos levar a nada, ou seja, vai nos levar a um lugar comum.

O SR. GABRIEL SAMPAIO -- Agradeço, e daria por um minuto o aparte ao nobre Líder do Partido do Governo.

O Sr. Rubens Bueno -- Deputado Gabriel Sampaio, veja, Vossa Excelência nem me concedeu o aparte e já está marcando

do o tempo que eu devo falar. Ontem, eu já fui cassado duas vezes em aparte.

O SR. GABRIEL SAMPAIO -- Porque é improrrogável, Deputado. O Regimento da Casa que diz, não sou eu. Se o Presidente lhe der?

O Sr. Rubens Bueno -- Eu pedi a Vossa Excelência, não transfira à Presidência da Casa. Vossa Excelência falou na criação de novos municípios no Paraná. Na micro-região que nós representamos que compreende a CONCAM, que hoje são 20 municípios, um município novo foi criado e tenha certeza Vossa Excelência, que não foi de interesse nem meu nem de dona Amélia, que é Deputada da região. Quanto à caça às bruxas, quando se fala como no aparte o nobre Deputado Donato Gulin, do Governo Central que realmente é o que mais arrecada, é o que mais toma, é o que mais rouba dos municípios. Nós realmente concordamos, mas nos últimos anos a Bancada da ARENA, a nível federal, tanto no Senado como na Câmara, e hoje é do PDS, jamais levantou uma palha para que a reforma tributária realmente viesse a corresponder aos anseios dos municípios.

E hoje, Excelência, o que nós queremos com relação a caça às bruxas que vocês tanto reclamam, que as Excelências, estão aí a enfatizar. Nós queremos dizer que nós temos um compromisso público de que onde haja corrupção a nível municipal, seja realmente trazido a público. E a proposta do Deputado Tadeu França é a mais séria possível, tanto séria que está preparando um trabalho até a nível científico, metodológico para fazer uma CPI séria. E, se não aconteceu CPI séria nos anos anteriores, era porque o Poder Legislativo estava garroteado pela subserviência do Partido de Vossa Excelência...

O SR. GABRIEL SAMPAIO -- Vossa Excelência, usou o seu tempo e eu ...

O Sr. Donato Gulin -- Vossa Excelência permite um aparte só para encerrar?

Agradeço o aparte de Vossa Excelência mas, acho que o Deputado Augusto Carneiro já deu a solução, que se faça um inquérito administrativo dentro do município. Que é muito mais fácil e muito mais barato inclusive para o município e para o Estado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO -- Mas, agora com o Partido de Vossa Excelência no Governo Estadual, nós temos a certeza que o Paraná todo espera isso, que todos os problemas sejam resolvidos.

O Sr. Rubens Bueno -- Para desagrado da Bancada de Vossa Excelência.

O SR. GABRIEL SAMPAIO -- Não. Para agrado meu como paranaense. Concedo o aparte ao Deputado Odeni.

O Sr. Odeni Mongruel -- Queria deixar aqui, Deputado Gabriel Sampaio, o meu testemunho a respeito desse assunto, porque trouxe a minha manifestação por escrito, usei a tribuna e aplaudi inclusive, a proposta do ilustre Deputado Tadeu França. Vejo um profundo significado pedagógico nessa proposição do Deputado, vejo aí uma possibilidade muito grande não de repetirmos os erros do passado. Nós temos consciência que quando não se quer resolver o problema, dá-se a ele uma CPI.

Isto tem marcado historicamente a fraqueza do Legislativo neste País. E talvez, esteja vendo eu, como educador que sou, de maneira ingênua, a possibilidade de verificarmos quanto facilmente é vencido nas suas intenções o Poder Legislativo, quando tenta cumprir de sua natureza e de sua com-

petência aquilo que lhe cabe fazer. Refiro-me no sentido de fiscalizar e de legislar as coisas que acontecem na área do Poder Executivo.

Vejo nessa proposição a oportunidade que nós teremos, à primeira instância, de verificarmos por nós mesmos a incapacidade do Legislativo que não tem estrutura de pessoal e de tecnologia, suficientes, ...

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Esta Presidência comunica ao Deputado que faz uso da tribuna, que está encerrado seu horário para explicações pessoais. Ainda inscritos para explicações pessoais alguns deputados. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, dado o adiantado da hora, eu me proponho amanhã, no Horário da Liderança, tecer as considerações sobre o conteúdo do discurso de hoje. Mas, queria apenas lamentar profundamente que um Deputado, só a nível de conclusão, tenha votado a favor de uma matéria sem acreditar nela. Sr. Presidente, declino, portanto, das explicações pessoais. Falarei amanhã, no Horário da Liderança, sobre todos os aspectos que ventilamos no presente momento.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Deputado Rubens Bueno, inscrito para Explicações Pessoais.

O SR. RUBENS BUENO — Já declinei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Donato Gulín, para Explicações Pessoais.

O SR. DONATO GULIN — Declino.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Especial para amanhã, dia 24, quinta-feira, às 15:00 horas, destinada à apreciação da proposição que indica o nome do Sr. Maurício Fruet para o cargo de Prefeito Municipal de Curitiba.

A Presidência marca ainda, uma sessão para o dia 25, sexta-feira, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 132/82 e 137/82.

Levanta-se a sessão.

Atos da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 177/83

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

revogar a Portaria nº 21/82, que designou para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, o funcionário CELSON BENE-DITO DA SILVA, ora à disposição deste Poder, tendo em vista que o mencionado funcionário está retornando ao seu órgão de origem.

(Protoc. nº 2081).

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de março de 1983.

CLOVIS STADLER DE SOUZA
DIRETOR GERAL

PORTARIA Nº 178/83

designar JUAREZ TIBILETTI, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 4a. Secretaria, até 31 de março de 1983.

(Protoc. nº 1500).

PORTARIA Nº 179/83

designar IVO MACHADO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do PMDB, até 31 de março de 1983.

(Protoc. nº 1676).

PORTARIA Nº 180/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ GUILHERMINO FILGUEIRAS, matrícula nº 509, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar.

(Protoc. nº 9184)

PORTARIA Nº 181/83

designar RUBERVAL FIGUEIREDO DA SILVA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 2a. Secretaria, até 31 de março de 1983.

(Protoc. nº 1149).

PORTARIA Nº 182/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor do funcionário PLÍNIO ANTÔNIO DE SOTTI LOPES, matrícula nº 149, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1981 e 1982, que deixou de gozar.

(Protoc. nº 2105).

PORTARIA Nº 183/83

designar JOÃO MARIA DE OLIVEIRA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do PDS, até 31 de março de 1983.

(Protoc. nº 1492).

PORTARIA Nº 184/83

designar CARLOS EDGARD SCHETTINI, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços como Almoxarife, junto à Divisão do Almoxarifado, do Departamento Administrativo, a partir de 21 de março de 1983.

(Protoc. nº 2056).

PORTARIA Nº 185/83

designar NILCE ALVES POLI MILANI, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 1a. Secretaria, até 31 de março de 1983.

(Protoc. nº 2131)

PORTARIA Nº 186/83

designar ALBARI PEDROSO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 1a. Secretaria, até 31 de março de 1983.

(Protoc. nº 2133).

PORTARIA Nº 187/83

designar PEDRO SUDUL, funcionário deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 1a. Secretaria.

(Protoc. nº 2132)

PORTARIA Nº 188/83

designar ANTÔNIO CARLOS DUARTE, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 1a. Secretaria, até 31 de março de 1983.

(Protoc. nº 2134).

PORTARIA Nº 189/83

revogar a Portaria nº 020/82, que designou para prestar serviços no Gabinete da Presidência, o funcionário ACYR FERREIRA BORGES, ora à disposição deste Poder, tendo em vista que o referido funcionário está retornando ao órgão de origem. (Protoc. nº 2020).

PORTARIA Nº 190/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS, matrícula nº 502, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao exercício de 1981, que deixou de gozar. (Protoc. nº 1667).

PORTARIA Nº 191/83

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 013/83, ao funcionário BOGDANO KARPEN, matrícula nº 307, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. (Protoc. nº 1281).

PORTARIA Nº 192/83

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 013/83, à funcionária MARIA DO ROSÁRIO MARQUES, matrícula nº 064, ocupante do cargo de Taquígrafo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. (Protoc. nº 2024).

PORTARIA Nº 193/83

revogar a Portaria nº 442/81, que designou para prestar serviços no Departamento Legislativo, o funcionário IVES PONESTKE, ora à disposição deste Poder, tendo em vista que o referido funcionário está retornando ao órgão de origem. (Protoc. nº 1880).

PORTARIA Nº 194/83

designar ANTÔNIO LOPES, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços como Datilógrafo, junto ao Departamento de Pessoal, a partir de 15 de março de 1983. (Protoc. nº 2090).

PORTARIA Nº 195/83

antecipar para o período de 21 de março a 20 de abril do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria nº 013/83, ao funcionário AMAURY SCHIMMELPFENG RAMOS, matrícula nº 280, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. (Protoc. nº 1957).

PORTARIA Nº 196/83

designar ACIR TEIXEIRA, matrícula nº 108, ocupante do car-

go de Secretário de Comissão A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Wilson Fortes. (Protoc. nº 2015).

PORTARIA Nº 197/83

designar GABRIEL BROTTTO, matrícula nº 335, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços, no Serviço de Assistência Social. (Protoc. nº 1955)

PORTARIA Nº 198/83

I — lotar, na Diretoria Geral, a partir desta data, todos os funcionários contratados pela Administração;

II — Para prestarem serviços nos diversos setores desta Casa, deverá ser requerida a sua designação, exceto os funcionários já designados pela Diretoria Geral: JOSÉ LUIZ RAMUSKI (Gabinete do Deputado Francisco Escorsin); SEBASTIÃO RODRIGUES DE OLIVEIRA (Gabinete do Deputado Péricles Pacheco); MARLENE APARECIDA DO VALE (Gabinete do Deputado Quielise Crisóstomo da Silva); GERSON BRESSAN (Serviço de Oficina e Manutenção); WILMAR JOSÉ GOUVEIA (Serviço de Processamento de Dados); CLÁUDIO MARQUES DA SILVA (Serviço de Processamento de Dados); FÁTIMA APARECIDA PRESTES (Departamento Legislativo); ANTÔNIO LOPES (Departamento de Pessoal); PEDRO SUDUL (Gabinete da 1a. Secretaria); e, CARLOS EDGARD SCHETTINI (Departamento Administrativo).

PORTARIA Nº 199/83

designar MÁRIO JOSÉ DE RAUEN BACELLAR FILHO, funcionário contratado pela Administração, para prestar serviços no Gabinete da Consultoria Legislativa, a partir de 22 de março de 1983. (Protoc. nº 2166).

PORTARIA Nº 200/83

designar CRISTINA KAORU TATSUMI, para prestar serviços como Datilógrafa, de acordo com a Resolução nº 71/80, junto ao Gabinete do Deputado Dirceu Silveira Manfrinato, a partir de 22 de março de 1983. (Protoc. nº 2084).

PORTARIA Nº 201/83

designar os funcionários abaixo relacionados, todos contratados deste Poder pela Administração, para prestarem serviços conforme especifica:

JOSÉ RODRIGUES DE MORAES — Serviço de Segurança
ANNIBAL DUMONT — Departamento de Finanças
ILMA ELIZABETH MACENO SILVA — Gabinete da Consultoria Legislativa
JOSÉ LUIZ CARCHIORO — Serviço de Oficina e Manutenção. (Protoc. nº 1923).

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de março de 1983.

CLÓVIS STADLER DE SOUZA
Diretor Geral